

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Ecosocialismo e Sustentabilidade

Filipe André Reduto Gaspar

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora:

Doutora Ana Margarida Esteves, Investigadora no CEI-IUL,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2021



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

Ecosocialismo e Sustentabilidade

Filipe André Reduto Gaspar

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora:

Doutora Ana Margarida Esteves, Investigadora no CEI-IUL,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2021

"Isto é Utopia? No seu sentido etimológico - "algo que não existe em lado nenhum". - certamente. Mas não são utopias, ou seja, visões de um futuro alternativo, imaginários de uma sociedade diferente, uma característica necessária de qualquer movimento que queira desafiar a ordem estabelecida?"

(Michael Löwy, 2007)

Agradecimentos

Tenho a agradecer à Doutora Ana Margarida Esteves pela ótima orientação, pela disponibilidade e pelas suas críticas valiosas.

Igualmente agradeço ao Professor Rogério Roque Amaro, à Bárbara Ferreira e ao Professor Luís Francisco Carvalho pelos conselhos inestimáveis que contribuíram para a construção desta dissertação.

Um obrigado especial à Catarina Massa, Margarida Penteado, José Vicente, Lúcia Rodrigues, Rodrigo Esteves e às ‘amigas da discórdia’, foram vocês que neste último ano nunca me faltaram nas horas mais difíceis e de maior desmotivação, que souberam dar os melhores conselhos e que foram a melhor companhia.

Por fim, estarei eternamente grato à minha família, em particular aos meus pais, por me terem apoiado desde sempre, e por quem eu sempre me tenho esforçado e continuarei a lutar por cumprir os meus objetivos.

Resumo

Com a entrada no Antropoceno, deparamo-nos com novos desafios na área do desenvolvimento sustentável. O sistema capitalista neoliberal vigente é apontado como sendo o responsável pela entrada nesta nova era geológica, e, por conseguinte, pelas atuais crises climática, social e económica. É nesse sentido que surge a proposta ecossocialista, um sistema político-económico alternativo que, ao beber de outras correntes ecológicas e do pós-desenvolvimento, procura colmatar as mazelas provocadas pelo sistema capitalista no nosso planeta. Através de uma metodologia qualitativa de análise bibliográfica, procura-se compreender como o paradigma ecossocialista diverge do paradigma de sustentabilidade neoliberais e capitalistas, realizando uma análise nas dimensões de sustentabilidade ambiental, social e económica. Conclui-se que o sistema ecossocialista procura satisfazer as necessidades dos seres vivos seguindo a racionalidade ecológica e socialista, remendando a rutura metabólica, e terminando com a sobreexploração da natureza e do ser humano, por oposição ao sistema capitalista que procura satisfazer as necessidades humanas através do crescimento económico desenfreado, expansionismo esse que, por si só, é insustentável.

Palavras-chave: ecossocialismo; capitalismo; desenvolvimento sustentável; pós-desenvolvimento; transição ecológica

Abstract

As we enter the Anthropocene, we face new challenges around sustainable development. The current neoliberal capitalist system is pointed out as being responsible for the entrance into this new geological era, and, consequently, for the current climate, social and economic crises. This is the reason why the ecosocialist proposal arises, an alternative political-economic system that, along with other ecological and post-development currents, seeks to remedy the ills caused by the capitalist system on our planet. Through a qualitative methodology of literature analysis, I seek to understand how the ecosocialist paradigm diverges from the neoliberal and capitalist sustainability paradigm, conducting an analysis in the dimensions of environmental, social and economic sustainability. It is concluded that the ecosocialist system seeks to satisfy the needs of living beings following ecological and socialist rationality, mending the metabolic rupture, and ending the overexploitation of nature and human beings, as opposed to the capitalist system which seeks to satisfy human needs through unbridled economic growth, an expansionism that, in itself, is unsustainable.

Keywords: ecosocialism; capitalism; sustainable development; post-development; ecological transition

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	v
Glossário de siglas	ix
Introdução.....	1
Metodologia.....	5
Capítulo 1. Desenvolvimento (sustentável) e surgimento do ecossocialismo	7
1.1. Sobre o conceito de desenvolvimento.....	7
1.1.1. Evolução do pensamento desenvolvimentista	7
1.1.2. O desenvolvimento sustentável.....	10
1.2. A história do ecossocialismo.....	11
Capítulo 2. As visões do ecossocialismo	15
2.1. Princípios do ecossocialismo	15
2.2. Relação com discursos de transição	20
2.2.1. Propostas do pós-desenvolvimento.....	21
2.2.2. Correntes ecológicas e alternativas económicas	24
2.2.3. Oposição ao malthusianismo e ecocapitalismo.....	28
Capítulo 3. Caminhos para a sustentabilidade	33
3.1. Críticas ao ecossocialismo e ao capitalismo.....	33
3.2. Transição para o ecossocialismo	34
3.2.1. Estratégia e revolução ecossocialista	35
3.2.2. O <i>Green New Deal</i>	36
Conclusão	39
Referências bibliográficas	42

Glossário de siglas

ESS – Economia Social e Solidária

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

GND – *Green New Deal*

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

A presente dissertação de mestrado tem como questão de pesquisa compreender em que sentido o paradigma ecossocialista diverge do paradigma de sustentabilidade neoliberais e capitalistas, baseando-se numa metodologia qualitativa de análise bibliográfica. Através de uma revisão de literatura sumário o debate em redor do ecossocialismo e do neoliberalismo face à sustentabilidade, e acrescento a essa discussão ao analisar os dois sistemas nas dimensões de sustentabilidade ambiental, social e económica, procurando encontrar divergências e convergências entre ambos.

Tendo em conta a minha formação prévia, procurei escolher uma temática que aliasse uma análise comparativa de sistemas político-económicos, como estudei no período da Licenciatura em Ciência Política, aos conhecimentos adquiridos no Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, em particular no que toca a questões acerca do desenvolvimento sustentável – um conceito cujo debate me despertou interesse nos últimos anos. Assim, decidi comparar, do ponto de vista da sustentabilidade, o vigente sistema político-económico capitalista à alternativa ecossocialista, que surgiu em resposta às mazelas que o primeiro tem provocado no equilíbrio ecológico e nas comunidades do nosso planeta.

A realidade é que as crises ambiental, social e económica estão interligadas. Com o agravar do aquecimento global esperam-se padrões climáticos erráticos e mais extremos, que provocarão efeitos negativos significativos no bem-estar humano, nomeadamente ao exacerbarem as condições de pobreza existentes nos países ditos em desenvolvimento. De facto, são esses países e as populações mais pobres que serão atingidos mais cedo e mais duramente pelas alterações climáticas – embora tenham sido os países dito desenvolvidos que mais provocaram este problema, criando-se um cenário de injustiça ecológica entre o Sul e o Norte Global. Mas estes só serão as principais vítimas porque as vulnerabilidades, impactos e respostas às alterações climáticas estão interligados com os mecanismos e processos políticos, sociais e económicos que não só criam como perpetuam a pobreza. Dessa forma, as alterações climáticas são o catalisador para mais desigualdades num mundo que já tem muitas (Das Gupta, 2014; Jackson, 2017; Leichenko & Silva, 2014; UNDP, 2019).

Esta crise climática é um sintoma da nova época geológica que alguns cientistas consideram que o planeta Terra entrou, o Antropoceno, marcado pelo advento das armas nucleares e pelas alterações climáticas. Este sucede ao Holoceno, uma época que durou 12.000 anos até à Segunda Guerra Mundial, sendo que duzentos anos de desenvolvimento capitalista são

apontados como tendo sido responsáveis pelo fim derradeiro deste período (Angus, 2016; Foster, 2017). Ao se localizarem as origens da atual crise climática e civilizacional na revolução industrial, e reconhecendo o paralelo entre a aceleração nas ameaças sistêmicas desde a década de 1950 e o crescimento capitalista global no mesmo período, fala-se que o Antropoceno deve ser encarado como sendo um ‘Capitaloceno’ – ou seja, a Humanidade não é o problema, mas sim o sistema capitalista (Cardoso, 2020; Pillay, 2019).

A escolha da questão de pesquisa justifica-se assim pela necessidade de compreender e encontrar novas alternativas político-económicas no contexto de emergência climática que vivemos e de cada vez maiores desigualdades sociais e económicas que se verificam a nível mundial. É necessário compreender as falhas no vigente sistema neoliberal no que toca à sustentabilidade ambiental, social e económica, e entender se outros sistemas, como o ecossocialista, poderão preencher as lacunas do atual nesses aspetos.

A proposta do ecossocialismo, “uma corrente de pensamento e ação que se refere ao mesmo tempo à proteção ecológica do ambiente e à luta por uma sociedade socialista inspirada nos valores da liberdade, igualdade e solidariedade” (Betto & Löwy, 2010: 96), reúne em si várias lutas, movimentos e soluções que estudarei nesta dissertação. Escolhi analisar o ecossocialismo em particular em detrimento de outras propostas alternativas ao capitalismo por este ideário ser influenciado e incorporar valores e objetivos de vários movimentos e teorias, e por apresentar uma extensa e diversa investigação académica. Desse modo, é importante analisar a já existente literatura das últimas décadas que se debruça no ecossocialismo, na forma como esta teoria e ideologia encara o desenvolvimento sustentável, como várias correntes ecologistas e conceitos do pós-desenvolvimento se integram ou divergem desta teoria, e então comparar a forma como a sustentabilidade – nas dimensões ambiental, social e económica – são abordadas pelo ecossocialismo e pelo neoliberalismo. Assim, defino como pergunta de partida desta investigação “em que sentido o paradigma ecossocialista diverge do paradigma de sustentabilidade neoliberais e capitalistas” e estabeleço como objetivos: explorar a evolução dos conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável, e as ideias económicas e políticas hegemónicas a par dessa evolução, como contextualização histórica e teórica do tema; analisar e encontrar divergências e convergências entre os diversos pontos de vista já estudados acerca do ecossocialismo; comparar criticamente a agenda ecossocialista à neoliberal do ponto de vista da sustentabilidade, passando por propostas como o *Green New Deal*.

Dada a natureza meramente teórica da minha investigação, baseio-me na leitura e análise de teorias e ideias económicas, políticas, e do desenvolvimento relacionadas com o ecossocialismo e a sustentabilidade. Através da revisão de literatura das mesmas, pretendo

contribuir para o debate teórico em redor do desenvolvimento sustentável e do ecossocialismo, encontrando interseções entre os conceitos e premissas a estudar, e assim, possivelmente, criar argumentos e igualmente levantar novas questões. É nesse sentido que o tema da dissertação surge enquanto problemática para os Estudos de Desenvolvimento, já que suscita questões em redor de como os sistemas político-económicos ecossocialista e neoliberal podem interpretar o conceito de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável de formas distintas, em particular no que toca a debates do pós-desenvolvimento e a medidas e ações tomadas para atingir os objetivos propostos por estas teorias. Dessa maneira, é possível tentar compreender criticamente aquele que possivelmente se melhor enquadra no cumprimento realista desses mesmos objetivos.

A dissertação inicia-se pela presente Introdução, onde se apresenta a problemática, justifica-se a sua relevância, e se definem a questão de investigação e objetivos, seguida pela Metodologia, onde é explicado e detalhado o processo metodológico utilizado nesta investigação. O cerne da tese está dividido em três capítulos: “Desenvolvimento (sustentável) e surgimento do ecossocialismo”, onde se explora o conceito de desenvolvimento, de desenvolvimento sustentável e como estes foram influenciados e apropriados pela racionalidade capitalista, e se introduz a proposta do ecossocialismo como fruto da crítica capitalista, que nem as correntes do pós-desenvolvimento; “As visões do ecossocialismo”, no qual se detalham as características do ideário ecossocialista, se analisa como propostas do pós-desenvolvimento e de correntes ecológicas contribuíram para a construção desta teoria – através de valores-chave como a solidariedade, cooperação, respeito pelos limites naturais, democracia direta e luta anticapitalista – e se evidenciam as contradições do sistema capitalista e a falácia que é o ecocapitalismo; “Caminhos para a sustentabilidade”, em que se revêm as críticas apontadas à agenda ecossocialista e neoliberal, e se estuda como poderá ser uma possível revolução ecossocialista e se o programa do Green New Deal servirá na transição para uma sociedade orientada para a racionalidade ecológica.. A dissertação culmina na Conclusão, na qual se resumem as principais dilações a que foi possível chegar a partir desta investigação, seguida, por fim, pelas Referências Bibliográficas.

O paradigma ecossocialista de sustentabilidade baseia-se na satisfação das necessidades dos seres vivos (tanto do presente como do futuro) seguindo a racionalidade ecológica e socialista, de modo a remendar a rutura metabólica, e terminar com a sobreexploração da natureza e do ser humano. Por sua vez, o paradigma de sustentabilidade neoliberal e capitalista procura satisfazer as necessidades humanas focando-se no crescimento económico, descreditando, no entanto, que o foco nesse expansionismo é, por si só, insustentável. Portanto,

do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, o capitalismo não cumpre as condições para ser sustentável, já que explora excessivamente as fontes de matérias-primas com a sua produção desenfreada, o que por sua vez provoca um desperdício e resíduos que a natureza não é capaz de assimilar, enquanto que o ecossocialismo se baseia na racionalidade ecológica, extraindo os recursos necessários para a sobrevivência da humanidade respeitando os limites ecológicos; do ponto de vista da sustentabilidade social, as forças económicas capitalistas têm a capacidade de desintegrar a sociedade através da alienação do trabalho e da promoção de valores individualistas e excessivamente competitivos, por oposição ao ecossocialismo que se baseia em valores de solidariedade e cooperação comunitária; do ponto de vista da sustentabilidade económica, o capitalismo ultrapassa a capacidade da biosfera de se renovar – provocando um défice de recursos e contribuindo para o fim das condições de produção que sustentam o próprio sistema capitalista –, explora a força de trabalho das pessoas de uma forma que não respeita a sua autodeterminação, e leva à perigosa especulação através da financeirização da economia, ao invés que o ecossocialismo desenvolve as suas práticas económicas procurando remendar a rutura metabólica provocada pelo sistema capitalista, incentivando o ser humano a escolher o seu propósito e cumprir o seu potencial divorciado do objetivo do lucro, e dando prevalência ao valor de uso face ao valor de troca dos bens e recursos. O ecossocialismo e o capitalismo neoliberal são, então, antagónicos, no sentido em que divergem em todos os aspetos do cumprimento da sustentabilidade ambiental, social e económica, e ao longo desta dissertação esse ponto será provado.

Metodologia

Para esta pesquisa baseio-me numa metodologia qualitativa de análise bibliográfica, de modo a construir o quadro teórico que servirá de base à dissertação e resposta à pergunta de partida e objetivos. Dada a índole teórica da questão de investigação, a dissertação será uma revisão de literatura, que terá como produto uma sumarização do debate teórico à volta da temática, assim como uma reflexão crítica acerca do mesmo. Para tal, identifico dimensões de convergência e divergência entre o ecossocialismo e a perspetiva neoliberal na ótica da sustentabilidade, procurando entender como cada sistema satisfaz as condições das dimensões do conceito de sustentabilidade definidas por Robert Goodland (1995: 3): sustentabilidade social – conseguida através de uma forte sociedade civil, onde exista coesão da comunidade, identidade cultural, diversidade, solidariedade, tolerância, compaixão, fraternidade e pluralismo; sustentabilidade económica – deve existir estabilidade económica e o consumo deve ser consciente dos limites ambientais, sociais e monetários; sustentabilidade ambiental – é necessário proteger as fontes de matérias-primas usadas para as necessidades humanas e assegurar que os resíduos provocados pelos humanos não excedem os limites naturais.

Adotarei, portanto, a metodologia de pesquisa bibliográfica, que, segundo Silva e Menezes (2005: 38), “é aquela baseada na análise da literatura já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita e até eletronicamente, disponibilizada na Internet”. Esta metodologia contribuirá para a sumarização e construção de conhecimento na minha investigação já que me permitirá “obter informações sobre a situação atual do tema (...); conhecer publicações existentes sobre o tema e os aspetos que já foram abordados; verificar as opiniões similares e diferentes a respeito do tema”.

Dada a natureza teórica desta investigação, baseando-se na historiografia e análise das ideias de vários autores, esta metodologia prova-se como sendo a mais adequada. Porém, o escrutínio aplicado na análise bibliográfica deve ser metuculoso, para que se possa efetuar uma reflexão crítica bem fundamentada, e então construir conhecimento científico de uma forma fiel e rigorosa.

Neste tipo de investigações com base em análise bibliográfica, o processo de revisão de literatura deverá seguir sete passos: escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização e compilação, fichamento, análise e interpretação, e redação (Silva & Menezes, 2005).

Após decidir as linhas gerais do tema da tese, em maio de 2020, elaborei um rascunho da estrutura que pretendia para o corpo do texto. Essa estrutura, preparada com base em já algumas leituras e conhecimentos prévios do tema, abriu as portas para a elaboração de um plano de trabalho e decisão dos aspetos a serem abordados, organizando-se assim o processo de leitura.

De seguida, identifiquei o material a utilizar na análise bibliográfica ao realizar um levantamento bibliográfico. Nesse levantamento, procurei sobre o que já foi publicado acerca dos tópicos que havia definido na estrutura do texto, dando preferência a obras de referência sobre o tema, assim como a autores com reputação no campo de pesquisa. Para tal, pesquisei sobre termos como ‘ecossocialismo’, ‘neoliberalismo’, ‘desenvolvimento sustentável’, ‘pós-desenvolvimento’, ‘*buen vivir*’, ‘*degrowth*’, ‘*deep ecology*’, ‘ecologia social’, ‘ecofeminismo’, ‘capitalismo verde’ e ‘*Green New Deal*’, entre outros relacionados com estes, em bibliotecas online, e em sites de revistas académicas como “Cadernos de Estudos Africanos”, “*Capitalism. Nature, Socialism*”, “*Ecological Economics*” e “*Monthly Review*”. Também pesquisei por autores chave com contribuições importantes para o tema, entre os quais Alberto Acosta, Rogério Roque Amaro, Ian Angus, Murray Bookchin, Arturo Escobar, Sabrina Fernandes, John Bellamy Foster, Eduardo Gudynas, Joel Kovel, Michael Löwy, Gilbert Rist e David Schwartzman. O principal período de recolha de fontes bibliográficas para a pesquisa decorreu entre maio e outubro de 2020, obtendo-se livros e artigos em português, inglês e espanhol, com foco particular para artigos e livros das últimas quatro décadas, compilados no *software* Mendeley.

Identificado, obtido e compilado o material bibliográfico, prosseguiu-se ao ‘fichamento’ e filtramento do mesmo, ou seja, reuniram-se informações sobre os textos para a elaboração das referências bibliográficas, assim como para a análise, sumarização e categorização do seu conteúdo, e anotações de citações e informações consideradas importantes para a investigação. Esta fase decorreu entre outubro de 2020 e março de 2021.

A partir de março de 2021 prosseguiu-se para a análise e interpretação dos conteúdos obtidos através do ‘fichamento’, e então para a redação do texto da dissertação, processo esse findo em novembro de 2021.

Capítulo 1. Desenvolvimento (sustentável) e surgimento do ecossocialismo

1.1. Sobre o conceito de desenvolvimento

De maneira a dar resposta à pergunta de partida, é necessário compreender, em primeiro lugar, o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’, assim como a evolução do pensamento desenvolvimentista dominante. Estes conceitos foram cooptados pela racionalidade capitalista, e por essa razão, surgem as propostas de alternativas ao desenvolvimento chamadas de ‘pós-desenvolvimentistas’, a par das quais emerge a proposta ecossocialista como fruto da crítica da sustentabilidade capitalista.

1.1.1. Evolução do pensamento desenvolvimentista

Foi a partir da modernidade ocidental, caracterizada por valores como o progresso ilimitado da Razão, da Ciência e da Técnica, o racionalismo, o individualismo e o antropocentrismo que se começou a teorizar e definir o que se entende por ‘desenvolvimento’. Com ela, cimentaram-se também crenças quanto à relação dominante do ser humano para com a Natureza, nomeadamente que: as pessoas são diferentes de todas as outras criaturas na Terra, sobre as quais têm domínio; o mundo é vasto e proporciona oportunidades ilimitadas aos seres humanos; a história da Humanidade é de progresso, e, portanto, este nunca deve cessar; os seres humanos estão acima da Natureza e o Estado deve proteger os seus direitos individuais de propriedade. Dessa forma, aquilo que se entende como modernização e desenvolvimento dos países é entendida à imagem do Ocidente, o que criou as bases para a narrativa da superioridade cultural e missão civilizadora que ocorre através da ocidentalização e que justificou o colonialismo e desenvolvimentismo de meados do século XX. Foi precisamente após a Segunda Guerra Mundial que o desenvolvimento adquiriu validação científica e reconhecimento político-institucional, por motivo da independência recente das ex-colónias europeias – que segundo a lógica ocidentalista do desenvolvimento, precisariam de ser modernizadas com a orientação dos países do Norte Global –, com a implementação do Plano Marshall, e com o discurso de 1949 do Presidente Truman dos EUA, que inaugura a distinção entre países ‘desenvolvidos’ e ‘subdesenvolvidos’ (Amaro, 2017; Ferreira & Raposo, 2017; Jacob, 1994).

No contexto de emergência da Guerra Fria entre os EUA e a URSS, o desenvolvimento foi reduzido a um confronto ideológico entre o capitalismo e o comunismo, instrumentalizando os países do chamado Terceiro Mundo para provar que ideologia seria a mais bem-sucedida. Em nome do desenvolvimento, os países ditos desenvolvidos interferiram nos assuntos internos dos países periféricos, provocando alterações nas suas comunidades e sociedades (Acosta, 2015).

Assim, numa primeira fase, entre 1945 e 1970, o desenvolvimento era praticamente sinónimo de crescimento económico, acumulação de capital e industrialização. Numa segunda fase e em resposta a críticas a falhas do Estado no que tocava a programas e planos intervencionistas na economia, Milton Friedman e os ‘*Chicago Boys*’ fizeram ressurgir a economia neoclássica, que interpretava o desenvolvimento como a liberalização dos mercados e a industrialização induzida por exportações, o que levou à promoção da neoliberalização das economias mundiais. No entanto, e em particular no Sul Global, as condições impostas pela assistência financeira do FMI e pelos programas de ajustamento do Banco Mundial acabaram por aumentar o desemprego, a pobreza e as desigualdades, provocaram a perda de bens públicos, criaram oligarquias, entre outros problemas sociais e políticos. Já a terceira fase foi caracterizada pelo reconhecimento da importância dos fatores socioculturais na economia face às forças do mercado, pelo que se salientou a importância da participação da sociedade civil nos processos de desenvolvimento. Assim, a temática da “boa governança” acabou por se afirmar no discurso desenvolvimentista, num contexto pós-fordista, no qual se promove a competitividade e retraem-se as despesas sociais – ou seja, a governança assenta no cumprimento do Estado mínimo, que assegura o mercado capitalista global, e na adoção dos modelos e indicadores de gestão das empresas capitalistas nos restantes setores (Ferreira & Raposo, 2017).

Esta imposição das visões ocidentais do ‘desenvolvimento’ nos países ditos subdesenvolvidos provocou neles os efeitos nefastos referidos nos parágrafos anteriores, assim como um afastamento das suas raízes históricas e culturais em nome do ‘progresso’ (Acosta, 2015). Por isso, na América Latina da segunda metade da década de 1960, surgiu uma das principais e precursoras críticas ao desenvolvimento, a da escola da teoria da dependência. Esta corrente, influenciada pelo Movimento dos Não Alinhados, pela tentativa falhada do estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Mundial, pela Teologia da Libertação e pelas teorias do Sistema-Mundo, refutava a tese do subdesenvolvimento como sinónimo de ausência de desenvolvimento, e afirmava antes que este era resultado de um sistema capitalista, imperialista e neocolonial que obedecia a um esquema hegemónico, tanto económico como culturalmente, dos países ocidentais, reivindicando por isso por um desenvolvimento definido

autonomamente. A par desta crítica ao desenvolvimento, surgiram outras, relacionadas com: a impropriedade das metodologias de intervenção para o desenvolvimento, procurando por soluções mais participativas e ajustadas à diversidade cultural; a tomada de consciência quanto aos “limites do crescimento” económico face aos recursos naturais do planeta, preconizados pelo Clube de Roma e pela Conferência de Estocolmo da ONU em 1972, e reivindicados pelo movimento ecologista, que reclamava por uma economia diferente, não orientada para o industrialismo e crescimento infinito, mas sim para o bem-estar humano e equilíbrio ecológico. O levantamento destas questões, as sucessivas crises económicas, e o nascimento de outros movimentos sociais que também se insurgiram contra os modelos de desenvolvimento capitalista até então apresentados, abriram portas às linhas alternativas ao desenvolvimento, respetivamente: desenvolvimento comunitário, local e participativo; desenvolvimento humano, social e sustentável (Ferreira & Raposo, 2017).

Foi, porém, a partir de 1992 que se afirmou a corrente do pós-desenvolvimento, propondo pôr um término à era das influências negativas do conceito de desenvolvimento, de origem puramente ocidental, e que até então havia carregado um carácter capitalista, colonialista e patriarcal, e passar, em alternativa, a aceitar e integrar novos conceitos, que partissem de origens, influências e valores do Sul Global. Esta corrente aponta como principais pecados do desenvolvimento o seu carácter: economicista e produtivista, pressupondo que o crescimento económico é o caminho para os processos de mudança e bem-estar e felicidade das pessoas, mas ignorando as consequências sociais, ambientais, culturais, territoriais, políticas, cognitivas e éticas que o crescimento económico ilimitado e desenfreado pode ter; etnocentrista de origem eurocêntrica, de natureza imperialista e (neo-)colonialista, impondo um ‘caminho a seguir’, à imagem europeia e capitalista, para o desenvolvimento; antropocêntrico, hipervalorizando a Liberdade e a Razão, e tendo uma relação de dominância face à Natureza; androcêntrico, de dominação patriarcal e valores machistas; uniformista, ao impor modelos do tipo ‘*one size fits all*’ para o desenvolvimento, e assim desprezando e desperdiçando outros tipos de conhecimento não académico ou convencional.

Após as reformulações ao conceito de desenvolvimento, trazidas pelos desenvolvimentos alternativos, os autores pós-desenvolvimentistas mantinham grande parte das suas críticas, já que consideravam que essas reformulações foram apenas tentativas de salvar o conceito, atribuindo-lhe novos adjetivos, mas sem encontrarem necessariamente soluções para os efeitos nefastos que este provocava, já que, no geral, não se questionava o cerne do problema associado ao conceito. Assim, estes defendiam não desenvolvimentos alternativos mas sim conceitos alternativos ao desenvolvimento, tendo por base valores e conhecimentos de povos e

comunidades do Sul Global, até então ignorados – as chamadas, por Boaventura de Sousa Santos, ‘Epistemologias do Sul’ (Amaro, 2017). As correntes e propostas que daí surgiram serão analisadas no capítulo seguinte, onde se procura compreender a relação das mesmas com o modelo ecossocialista.

1.1.2. O desenvolvimento sustentável

Dado que esta dissertação se baseia no entendimento de sustentabilidade por dois diferentes sistemas económicos, e, por conseguinte, no de desenvolvimento sustentável, é indispensável entender como é que esta alternativa ao desenvolvimento nasceu, como é compreendida, e que falhas é que lhe são apontadas.

Na Conferência de Estocolmo, em 1972, após a publicação de “*Limits to Growth*”, documento que deu destaque científico à questão das alterações climáticas e que trouxe o tópico para a arena política, procurou-se articular o crescimento económico (intimamente ligado à ideia de desenvolvimento) à sustentabilidade ambiental. Desse debate, emergiu o conceito tido como precursor do desenvolvimento sustentável, o ecodesenvolvimento, que, dados os limites impostos ao crescimento, tomava a redistribuição de riqueza como sendo a solução para a proteção ambiental e justiça social. Porém, esta opção enfrentou uma forte oposição por parte de atores políticos internacionais poderosos, o que acabou por fazê-la cair por terra. Foi na década de 1980 que se revisitou a problemática da sustentabilidade ambiental, desta vez invertendo o discurso de até então, afirmando que o crescimento económico não piorava os problemas ambientais, mas na verdade os solucionava – antecipando-se uma ideia de ‘crescimento verde’ –, e deslocando a responsabilidade do declínio ambiental dos ricos para os pobres (Kothari et al., 2019). Foi neste contexto que a Assembleia Geral da ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que seria presidida por Gro Harlem Brundtland, antiga Ministra do Ambiente e então Primeira-Ministra da Noruega. A Comissão Brundtland, nome pelo qual também ficou conhecida, era composta por especialistas ambientais e altos funcionários da ONU que supostamente teriam uma visão global das questões de ecologia e desenvolvimento, e realizou várias sessões públicas pelo mundo onde tiveram contacto com representantes de movimentos ecológicos. O trabalho desta comissão resultou, em 1987, no relatório “*Our Common Future*”, também conhecido como Relatório Brundtland, do qual advém o conceito mais comumente utilizado no meio académico para a definição de desenvolvimento sustentável (Rist, 2008).

Segundo a Comissão de Brundtland (1987: 8, *apud* Ferreira & Raposo, 2017), o desenvolvimento sustentável “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem igualmente as suas necessidades”. Mas a conclusão a que este relatório chegou tem sido alvo de críticas por vários autores pós-desenvolvimentistas. Por exemplo, Rist (2008) aponta que a política de crescimento económico incentivada pelo relatório, que supostamente estava destinada a reduzir a pobreza e estabilizar o ecossistema, não difere em nada da política que abriu o fosso entre ricos e pobres e que colocou o meio ambiente em perigo, e que a missão da comissão de redefinir a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento falhou por não existir um entendimento por parte dela sobre como as pessoas e sociedades se relacionam com o seu ambiente, por não se desafiarem os modelos simplistas da ideologia predominante com que se interpretam os fenómenos económicos, e por não localizarem cultural e historicamente o conceito de crescimento (que é distintamente Ocidental e que simultaneamente envolve mecanismos de enriquecimento e de exclusão). Já segundo Amaro (2017), o conceito de desenvolvimento sustentável é contraditório com a lógica predadora do crescimento económico ao qual o desenvolvimento está subordinado, tem sido apropriado pelas empresas transnacionais e pelos poderes económicos e financeiros para poderem prosseguir a maximizar os seus lucros ainda que aparentemente preocupados com as pessoas e o planeta, mantém um carácter antropocêntrico e assume uma lógica de conservação e proteção da natureza em vez de uma perspetiva de recuperação ambiental.

Autores da ecologia marxista, que serão estudados no capítulo seguinte, também criticam este conceito, averiguando que este neutraliza os efeitos nefastos do capitalismo através da degradação ambiental, e defendendo que a sustentabilidade ambiental requer um novo modo de produção alternativo ao sistema capitalista, já que este aliena a relação entre o ser humano e a natureza e, por conseguinte, provoca a fratura metabólica identificada por Marx e Engels. É no seio da crítica marxista que vai nascer o conceito de ecossocialismo (Freitas et al., 2012).

1.2. A história do ecossocialismo

No início do século XX, o que era considerado esquerdismo era socialista, influenciado pelas obras de Karl Marx – especialmente na Europa Central, ainda que também misturado com ideias populistas na Europa Oriental e com o sindicalismo em França, Espanha, e na América Latina. Em vésperas da Primeira Guerra Mundial, os ideais e movimentos esquerdistas tinham-se tornado bastante avançados e seriamente posicionados para desafiar a existência do capitalismo

e da sociedade de classes, sendo que quando esta acabou, e até à década de 1930, revoluções, insurreições e grandes movimentos de greve aconteceram, em países como a Rússia, Alemanha, Hungria, Itália, Espanha e França. Tais convulsões, que se repetiram na década de 1930, pareciam prever o eventual estabelecimento de uma sociedade socialista ou comunista, mas os objetivos do Iluminismo e os prognósticos de Lenine, que prometia revoluções socialistas bem-sucedidas, não seriam realizados no século XX. O que na verdade tem vindo a ocorrer desde meados do século passado tem sido um período de decadência cultural e teórica no que diz respeito a ideias e movimentos revolucionários (Bookchin et al., 2015).

Porém, essas ideias nunca desapareceram, e transformaram-se com o surgimento de novos movimentos, como é o caso do movimento ecologista. A disciplina científica da ecologia surgiu em fins do século XIX, com o propósito de estudar as relações entre as espécies animais e o seu ambiente orgânico e inorgânico, mas o entendimento de que o ser humano era um ser histórico e biológico, e, portanto, componente intrínseco da natureza, já havia sido elaborado por autores socialistas no mesmo século, que concluíam ainda que “o impacto ambiental modifica-se historicamente de acordo com o modo e organização de produção, a estruturação de classes, o aparato tecnológico e o universo cultural de cada sociedade” (De Almeida, 2015: 790). A ecologia, eventualmente, entrou também no campo social e político, com a contribuição do socialismo, e igualmente criticou o capitalismo, mas pela sua prática consumista e ideia de desenvolvimento ligado ao crescimento da produção. Assim, com o marxismo baseando-se nas relações de classe e a ecologia nas relações entre o ser humano e a natureza, conseguiu-se construir uma ponte entre os dois discursos, influenciando-se mutuamente (Foster, 2015), resultando numa proposta «vermelha e verde» de socialismo ecológico, cujas ideias desaguaram no ecossocialismo.

O ideário ecossocialista, alimentado ainda por correntes como o anarquismo verde, a ecologia social (na versão do comunalismo de Murray Bookchin), o ambientalismo anticapitalista, a ecologia marxista de James O’Connor e John Bellamy Foster, o ecofeminismo de Carolyn Merchant e a proposta latino-americana à crise socioambiental do *Buen Vivir*, começou a desenvolver-se como corrente académica e política nos anos 1970, mas apenas se começou a popularizar após os anos 1980 quando surge, no Partido Verde alemão, uma corrente de esquerda que se designa como sendo ecossocialista. Nessa época, várias publicações são feitas sobre esta nova alternativa, em formato de livro, mas também em revistas académicas como a “*Capitalism Nature Socialism*” ou a “*Monthly Review*”, principalmente por pesquisadores europeus e americanos, e muitas vezes com influências indigenistas e altermundialistas. Após a publicação em 1990 do texto “A Alternativa Verde da Europa”,

redigido por Frieder Otto Wolf, deputado europeu e dirigente do Partido Verde Alemão, e Pierre Juquin, ex-dirigente comunista, a corrente política A Quarta Internacional adota, em 2001, uma resolução ecossocialista. No mesmo ano, dois investigadores ecossocialistas, Joel Kovel e Michael Löwy, publicam “*An Ecosocialist Manifesto*”, que inspirou a fundação da Rede Ecossocialista Internacional, e que teve continuidade nas declarações ecossocialistas globais de Belém em 2007 e de Lima em 2014.

É possível distinguir três estágios da análise ecossocialista e da metodologia da ecologia marxista: no primeiro, que decorreu entre a década de 1980 e o início da década de 1990, num contexto de hegemonia da teoria verde e de crise do marxismo após a queda da União Soviética, os pensadores ecossocialistas consideravam frequentemente que os escritos de Marx não tinham qualquer base na compreensão ecológica, e tomavam as suas posições como sendo prometeicas e produtivistas – não atribuindo um valor intrínseco à natureza, tratando-a como sendo sujeita ao trabalho por parte do agente ativo que é o ser humano –, tentando por isso enxertar as conceções marxistas na teoria verde e vice-versa; no segundo, por sua vez, os autores tentaram encontrar em Marx uma sua conceção materialista da natureza como sendo uma contrapartida essencial à sua conceção materialista da história; por fim, no terceiro, os conhecimentos metodológicos recuperados da dialética de Marx criaram as condições para ir à raiz das crises ecológicas e sociais atuais, mais profundamente que o pensamento verde tradicional tende a ir, formando-se assim uma metodologia baseada numa conceção materialista da história natural e social, que especifica os processos dinâmicos de transformação social e ecológica e as consequências dos mesmos à medida que se desenvolvem historicamente, estabelecendo uma ponte entre as ciências sociais e naturais, transcendendo as clivagens entre a Academia e o ativismo, e propondo como mudar a atual ordem social.

De uma maneira geral, os autores que contribuíram para a construção do ideário ecossocialista consideram que o sistema capitalista tem uma finalidade produtivista de aceleração e aumento da produção de mercadorias, que por consequência tem um forte impacto ambiental e na qualidade de vida da população. Igualmente criticam o socialismo estatal soviético por utilizar o mesmo modelo industrial capitalista, com a agravante da inexistência de um aparato democrático que poderia exercer controlo nos efeitos poluidores. Porém, a base desta ideologia é essencialmente a crítica dos problemas ambientais e socioeconómicos como sendo resultado da racionalidade capitalista, que apenas pretende aumentar o lucro e promover o consumismo, independentemente das consequências que esses objetivos têm no nosso planeta (De Almeida, 2015; Holleman, 2015; Horstink et al., 2020; Kovel, 2007; Löwy, 2019).

Capítulo 2. As visões do ecossocialismo

2.1. Princípios do ecossocialismo

O socialismo e algumas correntes ecológicas questionam de forma semelhante o automatismo económico, a produção como objetivo por si só, a ditadura do dinheiro, a redução do universo social a cálculos de rentabilidade, e a necessidade desmedida da acumulação de capital no vigente sistema económico. De igual maneira, tanto socialistas como ecologistas apelam a valores qualitativos – para os primeiros, questões como o valor de uso, satisfação das necessidades e igualdade social, e para os segundos, a proteção da natureza e o equilíbrio ecológico. Da sobreposição destas duas lutas brota o ecossocialismo ou socialismo ecológico, uma corrente de pensamento e ação ecológica que se baseia na teoria marxista despidendo-se dos seus aspetos produtivistas, e rejeitando igualmente a lógica de lucro do mercado capitalista e a lógica do autoritarismo burocrático que caracterizou o socialismo real como sendo compatíveis com a salvaguarda do meio ambiente (Löwy, 2005).

Os argumentos desta corrente apoiam-se numa lógica ecológica de viés socialista, estabelecendo que os problemas ambientais advêm da racionalidade capitalista, que impõe a alienação e exploração dos trabalhadores, assim como a acumulação crescente do capital, de maneira a ampliar o lucro e incentivar o consumismo, resultando em consequências ecológicas desastrosas. Na sua vertente libertária, criticam as formas de gestão do Estado no seu viés técnico-burocrático e centralizador, advogando pelos princípios de uso comunal da propriedade e organização democrática e descentralizada da sociedade. O ecossocialismo, em contraste com o domínio do mercado neoliberal, por um lado, e do Estado burocrático, por outro, defende a subordinação tanto do mercado como do Estado à sociedade, ou seja, ao ‘povo’ (De Almeida, 2015; Pillay, 2019).

Os ecossocialistas pretendem assim reestruturar a sociedade de maneira que esta se baseie na racionalidade ecológica, no controlo democrático, na igualdade social e na predominância do valor de uso face ao valor de troca. Para tal é necessário uma transformação social e económica revolucionária, através da qual se estabelece a propriedade coletiva dos meios de produção (como sendo propriedade pública, cooperativa ou comunitária), um planeamento democrático que permita que os cidadãos possam definir os objetivos de investimento e produção, e uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas (Löwy, 2007).

Os autores da ecologia marxista afirmam que o crescimento económico, que prejudica o equilíbrio ecológico do nosso planeta, é imparável por ser inerente ao sistema capitalista, e que, portanto, este sistema conduz ao desastre ecológico, económico e social. Assim, é necessário o estabelecimento de um sistema alternativo no qual a riqueza e o poder sejam socializados, em que a economia esteja a funcionar numa lógica que não a acumulação privada de capital, e em que os trabalhadores controlem o Estado e sejam coletivamente proprietários dos meios de produção, gerindo-os democraticamente. O ecossocialismo apresenta-se como uma alternativa sistémica ao capitalismo, enquanto fase de transição para uma sociedade comunista, sem classes sociais e sem Estado (Cardoso, 2020).

O conceito de rutura metabólica surge no ideário ecossocialista como uma das principais críticas ao capitalismo, partindo dos escritos de Marx e Engels mas retomado nas últimas décadas por John Bellamy Foster. Este termo evidencia a alienação entre o ser humano e a natureza que acontece através do trabalho e da cadeia produtiva quando desenvolvidos no sistema capitalista. Marx considerava que a natureza e o ser humano possuíam um metabolismo único, sendo que ela seria o seu corpo inorgânico, e com a alienação do próprio ser no capitalismo, ocorreria um distanciamento entre ambos, o que provocaria uma ‘rutura metabólica’ (Freitas et al., 2012).

Analisando a agricultura moderna, Marx concluiu que o sistema capitalista e a sua procura incessante por lucro, crescimento económico e acumulação de capital minam a vitalidade das fontes duradouras de riqueza, tanto os solos como os trabalhadores, criando uma rutura na interação metabólica entre os seres humanos e a natureza. Com o crescimento em larga escala da agricultura e da indústria e com o comércio de longa distância, essa rutura tem-se intensificado e tornado insustentável, sendo por isso necessária uma regulação racional da relação metabólica entre os seres humanos e a natureza, transcendendo o sistema capitalista, que persiste em práticas inconsistentes com as leis da termodinâmica e os princípios da ecologia, como se imune aos limites que representam (Cardoso, 2020; Hayward, 1990).

Os autores ecossocialistas evidenciam, portanto, que a devastação ambiental está intimamente ligada ao capitalismo, assim como a exploração de classe e a guerra. As crises sociais e as crises ecológicas são provenientes das mesmas forças estruturais deste sistema, em que a industrialização é responsável pelos danos ambientais e a globalização imperialista pela desintegração social e de sociedades (De Almeida, 2015). O autor ‘marxista-polanyista’ James O’Connor argumentou que à primeira contradição do capitalismo (entre as forças e as relações de produção) seria necessário acrescentar uma segunda, entre as forças produtivas e as condições de produção (como os trabalhadores, o espaço urbano e a natureza). Por conta desta

relação, a acumulação capitalista pode destruir as suas próprias condições de produção, o que vai obrigar o capital a enfrentar custos cada vez maiores de reprodução das condições de produção e a gastar mais na prevenção da destruição ambiental, de forma a compensar pelo legado de destruição ecológica e para tentar desenvolver e produzir substitutos sintéticos como objetos de produção e consumo (Cardoso, 2020; Querido, 2008). Por outras palavras, a longo prazo, o sistema capitalista vai-se tornar a ele mesmo obsoleto, já que tem a capacidade de destruir as suas condições de produção ao sobreexplorá-las e, dados os crescentes custos que este vai ter que suportar para a sua própria manutenção, irá experienciar uma redução de lucros.

O capitalismo é um sistema caracterizado por uma competição selvagem, exigências de lucratividade, desperdício de recursos com base na produção em grande escala de produtos inúteis e/ou nocivos – regularmente com uma obsolescência programada –, uma cultura de fetichismo de mercadorias, e uma sensação de escassez relativa – um sentido subjetivo e artificial de escassez sem base aparente nas necessidades materiais reais – que provoca um consumismo excessivo. É assim necessária uma reorientação da produção para a satisfação das necessidades reais, aquelas que podem ser descritas como ‘bíblicas’ – acesso a água, alimentação, vestuário, habitação – mas igualmente os serviços básicos – como saúde, educação, transportes e cultura. Para tal, é necessário mudar a relação do ser humano com o seu trabalho, transformando a divisão social do trabalho e ultrapassando a sua alienação (Hayward, 1990; Kothari et al., 2019; Löwy, 2007). A reorientação da produção viria acompanhada de uma transformação das necessidades, numa dimensão qualitativa em vez de quantitativa, de modo a se respeitarem os ‘limites ao crescimento’, mas sem se impor escassez e repressão na sociedade. Essa transformação partiria do ponto de vista da produção de mercadorias, traduzindo-se numa valorização dos valores de uso em detrimento dos valores de troca (De Almeida, 2015).

A transição para um sistema político-económico socialista permite esta transformação, porém, os projetos políticos enraizados em ideologias desenvolvimentistas e produtivistas são ainda demasiado comuns nos círculos socialistas, o que entra em confronto com os objetivos da reorientação da produção. Daí a necessidade da crítica ecosocialista, que a partir das experiências do socialismo real propõe que a visão socialista da abundância dê prioridade à qualidade sobre a quantidade. Se se mantiver o produtivismo que caracteriza o capitalismo, isto é, a ideia de que a expansão ilimitada da produção é um objetivo em si, então o socialismo está limitado a uma mera mudança na propriedade dos meios de produção sem alterar o paradigma da produção. O seu objetivo não deve ser produzir cada vez mais mercadorias, mas dar às

pessoas tempo livre para desenvolverem plenamente as suas potencialidades, ideia essa que é antagónica com o próprio conceito de produtivismo (Fernandes, 2020; Löwy, 2007).

É notável que os autores ecossocialistas são críticos do produtivismo tanto capitalista como socialista. Eles apontam que as tendências dominantes da Esquerda do século XX – ou seja, a social-democracia e o movimento comunista de inspiração soviética – aceitavam o padrão existente de forças produtivas, sendo que os sociais-democratas se limitaram a uma versão reformada (na melhor das hipóteses, keynesiana) do sistema capitalista, enquanto os comunistas desenvolveram uma forma autoritária de produtivismo coletivista (ou de capitalismo de Estado). Nesse sentido, os autores apontam falhas ao funcionamento democrático das experiências do socialismo real, e como elas não deverão ser tomadas como argumentos contra a implementação de um sistema ecossocialista.

Embora a definição habitual de socialismo consista na propriedade pública dos meios de produção, a verdadeira definição consiste numa livre associação de produtores, que implica a mais completa extensão da democracia, com uma esfera e propriedade públicas genuinamente coletivas e na qual cada pessoa tenha a capacidade de fazer a diferença. Porém, o termo ‘público’ pode ser complicado, já que pode significar outro tipo de alienação, como a do Estado, do partido ou do líder. Foi precisamente o que aconteceu na URSS e nos seus satélites na Europa de Leste, na China, no Vietname e na Coreia do Norte, e, em diferentes graus, nos socialismos da América Latina, Cuba e Nicarágua: todos eles dependiam de algum substituto alienante ‘público’, que era o Estado monopartidário, o dirigente da revolução. Estes Estados enfrentaram problemas nas suas experiências socialistas pois estavam numa situação periférica e dependente em relação às potências capitalistas, já eram economicamente fracos e incapazes de satisfazer as necessidades básicas das suas populações ainda antes da instauração dos novos regimes, tiveram de enfrentar a hostilidade de Estados adversários mais fortes, e faltavam-lhes tradições democráticas e as instituições da sociedade civil que fomentavam tais tradições. No caso específico da URSS, após a morte de Lenine, o estabelecimento de um poder burocrático totalitário levou a um sistema de planeamento cada vez mais antidemocrático e autoritário, pelo que se pode afirmar que, enquanto Estaline e os seus sucessores estiveram no poder, o planeamento democrático característico do socialismo – no qual os trabalhadores e a população em geral controlam o processo de produção – não existiu.

O sistema de planeamento democrático advogado pelos ecossocialistas assenta num debate democrático e pluralista organizado sob a forma de partidos, plataformas, ou outros movimentos políticos, nos quais são eleitos delegados aos órgãos de planeamento, e apresentadas propostas a todas as pessoas envolvidas. Assim, a democracia representativa deve

ser completada pela democracia direta, através da qual as pessoas escolhem diretamente – a nível local, nacional e global – entre as diferentes opções. Este planeamento socialista diz respeito às principais opções económicas, e não à administração de pequenos negócios, empresas e serviços. Porém, ele não está em contradição com a autogestão dos trabalhadores das suas unidades produtivas, já que, embora as decisões tomadas através do sistema de planeamento sejam tomadas pela sociedade como um todo, a organização interna e o funcionamento das unidades produtivas cabem a uma gestão democrática dos seus próprios trabalhadores.

Numa sociedade ecossocialista, a produção é realizada por mão-de-obra livremente associada e com meios e fins conscientemente ecocêntricos. Setores inteiros do sistema produtivo são reestruturados e novos são desenvolvidos, para que o pleno emprego seja assegurado. Existindo então controlo público com planeamento democrático sobre os meios de produção, as decisões sobre investimento e mudança tecnológica são retiradas aos bancos e empresas capitalistas, e passam a servir o bem comum. Com uma produção ecocêntrica, e com uma valorização do valor de uso e da qualidade face ao valor de troca e da quantidade, a economia passa a estar incorporada na sociedade, em vez de estar sobreposta a ela (como acontece com o capitalismo), e deixa de funcionar em função da lucratividade. A nível global, o ecossocialismo deverá estar comprometido com uma redistribuição da riqueza do Norte para o Sul Global, de forma que estes possam realizar, de forma justa, uma transição para o sistema de produção ecocêntrico (Kothari et al., 2019; Kovel, 2007; Löwy, 2007; Struhl, 2020).

O ecossocialismo surge como uma afronta ao mito de que não há sistema económico alternativo e viável ao capitalismo. Ele é apresentado como uma proposta de diálogo, análise crítica e de organização através do qual se pretende que venham a convergir diferentes movimentos contestatórios, como o movimento laboral, ecológico, indígena, camponês e feminista (De Almeida, 2015; Kothari et al., 2019). Existe um desafio no que toca à aliança entre os movimentos ecológicos e o marxismo, já que é necessário que estes compreendam a dimensão anticapitalista da sua luta, e por sua vez o marxismo deve reconhecer a extensão ecológica do combate ao capitalismo. A crise ecológica e a crise social possuem a mesma origem, o sistema capitalista, pelo que a crítica social marxista e os movimentos ecológicos confrontam-se igualmente com o fetichismo da mercadoria. Esse fetichismo é incompatível com os ritmos dos processos naturais e induz no ser humano a aquisição compulsiva através da ideologia dominante e da publicidade. Por isso se teoriza que, numa sociedade sem classes e libertada da alienação capitalista, o tempo livre para a realização pessoal através de atividades

culturais, desportivas, lúdicas, científicas, eróticas, artísticas e políticas, vai substituir o desejo de uma posse infinita de produtos (Löwy, 2007; Querido, 2008).

Há exigências imediatas que já são ou poderão vir a ser o ponto de convergência entre movimentos sociais e ecológicos, como: a promoção de transportes públicos baratos ou gratuitos; a rejeição do sistema de endividamento e dos programas de ajustamentos estruturais neoliberais impostos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial aos países do Sul, que neles provocaram dramáticas consequências sociais e ecológicas; a defesa da saúde pública face à poluição do ar, água e alimentos; a redução da jornada de trabalho, de maneira a reduzir o desemprego e criar uma sociedade que privilegia o tempo livre face à acumulação de bens (Löwy, 2005). No entanto, estes seriam apenas os primeiros passos de um plano a longo prazo, já que o objetivo dos ecossocialistas é implementar um novo sistema através de uma revolução ecológica longa e contínua, com várias etapas e ao longo de várias décadas e até séculos, de modo a se reconstituir a sociedade de uma forma mais igualitária e sustentável, com novos valores (Foster, 2017).

2.2. Relação com discursos de transição

A degradação ecológica provocada pelo crescimento económico – medido pelo PIB – aprofundou a procura por modelos alternativos de desenvolvimento, que questionam se o crescimento material produz necessariamente felicidade ou bem-estar, e se o PIB será uma medida adequada do crescimento real, se forem tidos em conta os males sociais e ecológicos resultantes da produção de bens materiais (Pillay, 2019). Nesse contexto, os discursos de transição estão a emergir, com ideias de pós-crescimento, pós e anticapitalismo, pós-desenvolvimento, pós-extratativismo e biocentrismo (Escobar, 2015). De igual maneira, ao criticar o produtivismo e o desenvolvimentismo, o ecossocialismo procura romper com o significado de ‘desenvolvimento’, livrando-o das suas facetas capitalistas e coloniais e enriquecendo-o com noções qualitativas (em vez de quantitativas) de uma boa vida (Fernandes, 2020). Dadas as características e objetivos semelhantes, é possível encontrar ligações (assim como divergências) entre o ideário ecossocialista e os discursos de transição do pós-desenvolvimento e correntes ecológicas, e compreender como estes se influenciam.

2.2.1. Propostas do pós-desenvolvimento

Decrescimento

O termo ‘decrescimento’, mais conhecido nas suas traduções em inglês, ‘*degrowth*’, e francês, ‘*décroissance*’, foi proposto inicialmente pelo ecologista político André Gorz em 1972, mas tem igualmente como principais dos seus contribuidores o economista francês Serge Latouche, tendo-se popularizado no contexto dos movimentos contraculturais em França no final dos anos 90 por ativistas ambientais e anticapitalistas. Desde 2008, académicos e ativistas têm vindo a organizar conferências internacionais bienais, o que tornou o decrescimento um tema de investigação científica com centenas de artigos publicados e um quadro para os ativistas ambientais e sociais articularem as suas exigências de uma sociedade ecologicamente sustentável e economicamente justa. Embora ainda não tenha tido um impacto político claro nem nenhum grupo de reflexão ou partidos políticos a subscreverem-no, alguns membros do Parlamento Europeu (especialmente de partidos verdes e social-democratas) e redes de ONG mostram um interesse crescente no decrescimento (Cardoso, 2020; Kothari et al., 2019; Mastini et al., 2021).

Esta proposta pós-desenvolvimentista questiona a ideia de que crescimento económico e o aumento da prosperidade material são sinónimos de uma maior satisfação e felicidade. Sugere, por oposição, que o crescimento contínuo conduz sim a uma maior injustiça e tensões sociais, violência estrutural, insatisfação individual e problemas de saúde física e psicológica, criticando por isso, em diferentes graus, o sistema económico capitalista como sendo a raiz da crise ecológica e social (Bauhardt, 2014). Dessa forma, desafia as relações omnipresentes baseadas no mercado e as raízes do imaginário social baseadas no crescimento, substituindo-as pela ideia de abundância frugal, estando por isso associada à ideia de que menos é mais, mas também diferente, propondo uma reestruturação dos valores e objetivos da sociedade e uma superação do fetichismo do crescimento.

Os economistas ecológicos definem assim o decrescimento como uma redução equitativa do fluxo de produção, com uma garantia simultânea de bem-estar. Isto traduzir-se-ia na provocação de um crescimento negativo a longo prazo seguido de um crescimento plano infinito, resultando num declínio gradual da dimensão da economia. Ao parar o crescimento ou substituí-lo por um negativo, os autores do decrescimento acreditam que o produtivismo chegaria finalmente ao fim, assim como a sobreexploração dos recursos naturais. Para tal, seria

necessária uma redução do metabolismo social – o rendimento energético e material da economia – assim como do consumo.

Para ser alcançado o decrescimento, devem-se parar as políticas destinadas a induzir o crescimento económico e reorganizar os setores e instituições económicas de forma a torná-las independentes do crescimento económico. Juntamente com um declínio no consumo de energia a nível social, deve-se estabelecer um limite ao total de emissões que um país está autorizado a gerar. Os académicos do decrescimento rejeitam, no entanto, o pressuposto de que a utilização de energias renováveis vai terminar com o consumo de combustíveis fósseis na produção de energia, já que, historicamente, novas fontes de energia acrescentaram mais energia sem remover fontes mais antigas, como no caso do petróleo, que não substituiu o carvão, mas simplesmente acrescentou à sua crescente utilização.

Porém, o decrescimento não é apenas uma questão de políticas governamentais, é também uma questão de mudanças de valores e de modos de vida quotidianos. Esta corrente do pós-desenvolvimento destaca aspetos de transformação cultural, representados por projetos de base e comunidades que praticam políticas prefigurativas – regularmente em contextos de ‘commons’ –, através de iniciativas como jardins comunitários, redes de economia alternativa e solidária, moedas comunitárias, bancos de tempo, coletivos de software aberto, e coabitação e eco-comunidades (Bauhardt, 2014; Kothari et al., 2019; Mastini et al., 2021; Tokic, 2012).

O movimento do decrescimento partilha vários valores e ideais com o ecossocialismo, ainda que estes não possam ser considerados homogêneos. Entre as duas correntes existem semelhanças no que toca a estratégias como o aproveitamento de instituições existentes para transformações mais radicais, ou a socialização dos meios de produção. Mas divergem no que toca, por exemplo, à lógica de quantidade vs. qualidade: enquanto a proposta do decrescimento se tende a centrar mais numa redução quantitativa da produção material, o ecossocialismo prefere enfatizar uma transformação qualitativa da mesma, com uma reorientação da produção para as verdadeiras necessidades e pondo fim ao desperdício de recursos pelo capitalismo (Horstink et al., 2020; Kothari et al., 2019).

Buen Vivir

O projeto do *buen vivir* nasceu de lutas indígenas na América do Sul que se articulavam com agendas de mudança social de camponeses, afrodescendentes, ambientalistas, estudantes, mulheres e jovens. Ele parte das vivências das comunidades indígenas do Andes, ainda que tenha sido influenciado por correntes críticas do pensamento ocidental.

A expressão em língua castelhana ‘*Buen Vivir*’ – ‘Boa Vida’ – tradução pelo qual este termo é predominantemente utilizado, resulta de quatro expressões de povos locais: ‘*Sumak Kawsay*’, do povo Quíchua, que significa ‘viver em plenitude’ com a *Pachamama*, a Mãe-Terra; ‘*Suma Qamaña*’, do povo Aymará, com o significado de ‘vida plena, ‘boa vida’ e ‘conviver’; ‘*Teko Porã*’, do povo Guarani, com o sentido de ‘bem viver’; e ‘*Teko Kavi*’, que pode ser compreendido como ‘boa vida’ ou ‘bom modo de ser e viver’. Estas expressões têm em comum o sentido de ‘bem viver’, em harmonia com a Natureza e com os que nos rodeiam na nossa comunidade, tendo o suficiente para viver e morrer com dignidade, com as necessidades básicas satisfeitas, e tendo as suas identidades, competências e símbolos culturais valorizados (Amaro, 2017; Escobar, 2015).

O *buen vivir* assenta em valores éticos divergentes dos valores utilitaristas da economia ocidental que tendem para a mercantilização. Nesta filosofia, a Natureza não é considerada um objeto que pode ser explorado, mas sim um sujeito com valor próprio (e até direitos próprios, no caso da Constituição do Equador), numa lógica ecocêntrica de respeito e harmonia com o meio ambiente, por oposição à lógica antropocêntrica de economia ocidental liberal. Advoga-se pelo reencontro entre a Natureza e o ser humano, obrigando portando à desmercantilização da primeira e respeitando as leis de funcionamento dos sistemas naturais – sem, no entanto, desrespeitar a dignidade humana e a garantia da qualidade de vida. O *buen vivir* dá um novo significado à ideia de bem-estar como ela é compreendida pelo Ocidente, pressupondo uma ‘ética do suficiente’ em detrimento do consumismo e baseando-se em formas de economia solidária e comunalista, superando assim o fetiche do crescimento económico, promovendo a desmercantilização, e descentralizando e redistribuindo a riqueza e o poder (Acosta, 2015; Ferreira & Raposo, 2017). Esta corrente pós-desenvolvimentista questiona ainda o conceito de progresso e a noção de uma única história universal, enfrenta o patriarcado postulando alternativas feministas que valorizem o papel das mulheres na defesa das comunidades e do meio ambiente, rejeita o colonialismo, e dá uma forte importância à afetividade e espiritualidade (Kothari et al., 2019).

A filosofia do *buen vivir* ganhou maior reconhecimento ao ser incorporada nas Constituições do Equador, em 2008, e da Bolívia, em 2009, com o objetivo de proporcionar o ‘bem viver’ e ‘bem-estar’ das populações a partir dos valores culturais indígenas. Porém, as estratégias de desenvolvimento dos governos destes dois países não vão de encontro aos ideais e objetivos do *buen vivir*, já que eles promovem o extrativismo através da mega-mineração e da extração de petróleo amazónico (Amaro, 2017; Kothari et al., 2019).

O *buen vivir*, enquanto corrente pós-desenvolvimentista, apresenta-se como discurso endógeno que permite que a mudança venha da base para o topo e que valoriza a relação recíproca entre a natureza e a sociedade, enquanto que o discurso do desenvolvimento sustentável é universal e parte de cima para baixo, não permitindo diferenças na cultura, geografia e contextos socioeconômicos, e colocando as necessidades humanas acima de tudo (Chassagne, 2019). Ele expressa, de alguma forma, as proposições teóricas da corrente do decrescimento e da ecologia profunda, e pode ser identificado como sendo um movimento ecossocialista já que procura recuperar os interesses sociais e coletivos – como a solidariedade, a diversidade, a igualdade, a liberdade e a participação – aliando-os aos interesses do destino comum da humanidade e do planeta (Poli & Hazan, 2015).

2.2.2. Correntes ecológicas e alternativas económicas

Ecologia profunda

A proposta da ecologia profunda, comumente conhecida por ‘*deep ecology*’, resulta do pensamento do filósofo norueguês Arne Næss. Apresenta-se como ‘profunda’ ao se colocar em oposição a uma ‘ecologia rasa’, que mantém uma visão instrumental da natureza e antropocêntrica. Os ecologistas profundos reconhecem que o florescimento da vida, tanto humana como não humana, tem um valor em si mesmo, independente da utilidade humana, e consideram que a interferência humana na biodiversidade é elevada, acreditando por isso que a população deve ser reduzida e as políticas de desenvolvimento modificadas. Essas mudanças devem ter como objetivo melhorar a qualidade de vida ao invés de aumentar o nível de vida, aceitando que as pessoas podem interferir no ambiente apenas para satisfazer as necessidades da vida (Gudynas, 2004).

Vê-se, assim, nos círculos de ecologia profunda, muitas vezes chamados de ‘fundamentalistas’, que existe, sob o pretexto de oposição ao antropocentrismo, uma rejeição do humanismo, o que leva a posições relativistas que colocam todas as espécies vivas ao mesmo nível (Löwy, 2005). Por isso, os autores ecossocialistas criticam esta doutrina que falha em compreender que, enquanto espécie, somos fundamentalmente parte da natureza, e que a nossa ‘natureza’ é expressar o poder transformador da natureza. No seu extremo anti-humanista, esta corrente pode passar a mensagem de que isso é mau, e que, portanto, o melhor que os seres humanos poderiam fazer seria regressar a uma existência paleolítica na natureza selvagem, negando assim os potenciais criativos da humanidade e, por conseguinte, a própria natureza.

Neste esforço de descentralizar a humanidade dentro da natureza, os ecologistas profundos podem cair numa armadilha: com a intenção de preservar e valorizar a natureza selvagem, podem apagar as pessoas que lá viveram desde tempos imemoriais, como é o caso de povos indígenas, que são vitimados pelo ecoturismo promovido pelas elites capitalistas sob o disfarce de estarem a incentivar a preservação das áreas selvagens. Por outro lado, expoentes da ecologia profunda já chegaram mesmo a sugerir que pandemias como a da SIDA são a forma da natureza se livrar do ser humano, revelando assim uma posição extremamente misantropa. Por fim, os ecossocialistas criticam ainda a falta de tomada de posição político-económica da ecologia profunda, já que esta corrente foi assumida por mentores filosóficos e/ou espirituais que se distanciam dessa questão e que falham em criticar o sistema capitalista, afirmando que a política verde está além do espectro esquerda-direita – esquecendo assim que quem não enfrenta o sistema se torna seu instrumento (Kovel, 2007).

Ecologia social

A ecologia social é uma corrente que foi inicialmente desenvolvida por Murray Bookchin nos Estados Unidos entre a década de 1960 e o início dos anos 2000, tendo sido influente em vários movimentos sociais e políticos, como as campanhas da década de 1970 contra a energia nuclear, movimentos mundiais de alter-globalização e justiça climática, e a luta pela autonomia democrática das comunidades curdas na Turquia e na Síria. A ecologia social acredita que os problemas ambientais são de natureza social e política e estão enraizados nos legados históricos de dominação e hierarquia social. Esta crença resulta da forte influência que tem de correntes anarquistas e socialistas libertárias, assim como do pensamento indígena norte-americano, questionando o capitalismo e o Estado-nação e encarando as instituições da democracia local como sendo a melhor solução para terminar com o poder estatal centralizado.

Bookchin foi dos primeiros pensadores ocidentais a identificar a obsessão com o crescimento económico no sistema capitalista como sendo uma ameaça à integridade dos ecossistemas, e a associar as preocupações sociais às ecológicas. Também desafiou a noção ocidental comum de que o ser humano procura inerentemente dominar a natureza, concluindo em vez disso, através de investigações históricas e antropológicas detalhadas que o domínio da natureza é um mito enraizado nas relações de domínio entre as pessoas que emergiram do colapso das antigas sociedades tribais na Europa e no Médio Oriente.

A doutrina da ecologia social baseia-se em valores como a interdependência, reciprocidade, unidade na diversidade, e uma ética de complementaridade, e tem como estratégia política o

municipalismo libertário ou confederal, também conhecido por ‘comunalismo’, idealizando cidades, vilas e bairros libertados e confederados, governados por assembleias populares abertas (Kothari et al., 2019).

Enquanto anarquista-comunitário, Bookchin fundiu a luta pela racionalidade ecológica à noção de emancipação, representada como a superação da hierarquia, e acabando por tomar forma como uma visão de comunidades libertadas. Dessa forma, na ecologia social, a hierarquia é considerada por si só como sendo uma causa da crise ecológica, visão com a qual os ecossocialistas discordam, já que acreditam que a hierarquia só deve ser derrubada caso adquira um caráter de dominação e de expropriação do poder humano, em contraste com as relações de autoridade diferencial recíprocas e mútuas.

A ecologia social é uma continuação do projeto anarquista de ação direta não violenta com o objetivo de defender a comunidade e atacar o poder estatal, mas ao rejeitar as formas socialistas e marxistas de abordar a crise ecológica acaba por sacrificar demasiado e a sua luta torna-se insuficiente. Essa aversão ao socialismo marxista parte do desenvolvimento do anarquismo como sua alternativa a partir do século XIX, tendo conquistado um maior domínio da esquerda após o colapso do socialismo do século XX, caracterizado pelo centralismo, burocracia e autoritarismo (Kovel, 2007). No entanto, apesar destas divergências no que toca à maneira como a hierarquia encarada, o ecossocialismo e a ecologia social partilham uma boa parte dos mesmos valores, crenças e objetivos, com a intenção de ultrapassar o capitalismo, fomentar a democracia direta e respeitar os ritmos metabólicos da natureza.

Ecofeminismo

A criação do termo ‘ecofeminismo’ é atribuído à feminista francesa Françoise d'Eaubonne, sendo que a filósofa e historiadora norte-americana Carolyn Merchant foi uma das pioneiras do conhecimento teórico desta ecofilosofia. Desde o seu início na década de 1960, o ecofeminismo foi inspirado pela ação direta das bases, tendo crescido rapidamente juntamente com os movimentos antinucleares e pela paz nas décadas de 1970 e 1980, e com a crescente preocupação pública com a degradação ambiental.

A economia política ecofeminista estabelece um paralelo entre a exploração do trabalho feminino e a exploração dos recursos naturais – dado que ambos são pré-requisitos necessários para o funcionamento do sistema capitalista, mas permanecem largamente sem custos porque são considerados como naturais e, portanto, gratuitos – e analisa o grau em que a crise ecológica está ligada à ordem do género e agrava a crise da reprodução social. Essa crise diz respeito às

exigências excessivas, bem como à sobrecarga das pessoas que são responsáveis pela reprodução social, a grande maioria das quais, dada a divisão do trabalho em função do gênero, são mulheres.

A política ecofeminista visa fomentar a emancipação humana através de economias solidárias regenerativas baseadas na partilha, cooperação, e no valor de uso em vez do valor de troca. Ela consegue convergir as preocupações da ecologia, feminismo e marxismo, e de éticas indígenas centradas na vida, como a *swaraj* na Índia e a ética africana do *ubuntu* (Bauhardt, 2014; Kothari et al., 2019).

O ecofeminismo, embora permaneça incerto enquanto movimento social, é uma poderosa ecofilosofia. Ele entra na crítica anticapitalista ao teorizar e analisar como tem sido exercido controlo sobre o corpo e o trabalho das mulheres – o que está na raiz do patriarcado e do sistema de classes –, e como estão nos fundamentos do capitalismo a redução da natureza a recursos inertes, e a superexploração das mulheres através do trabalho doméstico não-remunerado, da mão de obra assalariada barata na periferia, e da indústria do sexo.

Embora os ecossocialistas considerem que qualquer caminho para fora do capitalismo deva também ser ecofeminista, eles apontam que por vezes esta corrente se torna essencialista, ao estabelecer uma relação não mediada entre a feminilidade e a natureza, a partir do arquétipo maternal e próximo da terra. Através deste essencialismo e separatismo feminista, a crítica anticapitalista perde o seu peso, o que acaba por conceder uma orientação burguesa a este feminismo (Kovel, 2007).

O ecofeminismo e o ecossocialismo partilham alguns valores-chave, embora tenham também algumas divergências. Esta ecofilosofia contribuiu para tornar o ecossocialismo mais permeável às questões de gênero, do patriarcado, do trabalho invisível e do cuidado. Para além disso, enfatiza a necessidade de incluir os seres humanos na natureza (não a idealizando como uma entidade distinta), e prestou uma importante contribuição ao demonstrar como a mulher é equiparada com a natureza, sendo que nem ela explorada pelo sistema capitalista, através do trabalho não remunerado que torna possível a reprodução social (Horstink et al., 2020).

Economia social e solidária

O conceito e movimento da economia social e solidária (ESS) ganharam força após o Fórum Social Mundial de 2001 em Porto Alegre, no Brasil. Ela reivindica por alternativas económicas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento, tendo gerado grande parte da sua energia a partir das bases, apoiada pelo meio académico na América Latina.

Este é um conceito abrangente que se refere a várias práticas económicas que fogem da lógica capitalista dominante, caracterizadas por valores e objetivos de propriedade comunitária, tomadas de decisão democráticas e não hierárquicas, cooperação mútua e equilíbrio ecológico (Kothari et al., 2019). Esses valores expressam-se em projetos e iniciativas que se centram no quotidiano de formas alternativas de vida, produção e consumo, como cooperativas habitacionais e de jardinagem urbana, clubes de permuta, ecovilas e projetos de cidades de transição. Embora esses projetos e iniciativas não estejam necessariamente dissociados dos mercados, eles não estão interessados na acumulação de capital e maximização dos lucros, mas sim na utilidade da atividade ou produto para quem deles vai usufruir. Assim, em vez de ser tratado como uma mercadoria comercializada para gerar lucro, o trabalho é visto na ótica de como pode ser útil para a comunidade.

A ESS procura responder às necessidades humanas vitais de provisão e cuidados, fomentar a reciprocidade e valores democráticos, e dar espaço e oportunidade para a criatividade e ação coletiva. Tem ainda uma orientação ecológica, encontrando afinidades com a corrente do decrescimento ao debater questões como os bens comuns e a reorganização da atividade económica para respeitar os limites ecológicos (Bauhardt, 2014). Ela critica o crescimento a partir de uma perspetiva de redefinição da produtividade e da eficiência, e apelando a uma mudança nos padrões de consumo. Inspira-se em Polanyi quando concetualiza as formas em que a economia está ou poderia estar inserida na sociedade, recriando sistemas económicos tendo em conta as dinâmicas e necessidades comunitárias (Escobar, 2015).

O movimento da ESS liga-se a várias correntes ecológicas e do pós-desenvolvimento ao realizar uma crítica à centralidade dada ao crescimento económico e aumento do lucro no sistema capitalista, propondo no seu lugar que se iniciem práticas económicas viradas para a satisfação de necessidades básicas e baseadas na cooperação, democracia e respeito pelos limites e ritmos naturais do planeta. Evidentemente, o ideário ecossocialista e a ESS partilham um núcleo de crenças e intenções.

2.2.3. Oposição ao malthusianismo e ecocapitalismo

As correntes do pós-desenvolvimento e ecológicas anteriormente descritas apresentam, de um modo geral, algum nível de crítica ao sistema capitalista, responsabilizando-o pela crise climática e social. Porém, do lado dos defensores deste sistema, encontram-se outros culpados por estas crises, e acredita-se que reformas ao capitalismo são suficientes para corrigir as mazelas que ele provocou, discursos estes com que os ecossocialistas fortemente discordam.

Malthusianismo e ecofascismo

Os investigadores ‘vermelhos-verdes’ prefigurativos e do primeiro estágio da construção do ideário ecossocialista, como David Harvey, Barry Commoner, Murray Bookchin, Frances Moore Lappé, Ted Benton e Kate Soper, interrogaram a realidade material da crise ecológica capitalista, mas estavam cientes dos problemas políticos do catastrofismo neomalthusiano e do quão perigosas eram as narrativas da escassez a nível ecológico, em particular quando utilizadas pelos ambientalistas do Norte para compreender o Sul Global. Assim, estes autores realizam críticas à visão de mundo hegemónica liberal-malthusiana, descredibilizando o populacionismo e a ideia de que existem demasiadas pessoas no planeta e poucos recursos para as subsistir, e apontando o quão problemáticas são as suas políticas raciais e de género. No mesmo sentido, criticam o individualismo metodológico e malthusianismo associado aos ambientalistas liberais norte-americanos, que falham em refletir acerca do papel do consumo excessivo e do sistema capitalista na crise ecológica e social (White et al., 2017).

A partir da premissa da escassez ecológica da lógica malthusiana, o ecofascismo emerge como uma opção de regime político-económico que preocupa os ecossocialistas. Em vez de propor uma sociedade democraticamente autodisciplinada que aprende a trabalhar dentro dos limites dos ritmos metabólicos da natureza, o ecofascismo cria um cenário no qual esses limites dividem a sociedade por dentro, empurrando ainda mais para os extremos as atuais relações de desigualdade entre os que beneficiam economicamente da exploração dos recursos humanos e aqueles que sofrem direta ou indiretamente com a degradação ambiental provocada pela exploração capitalista (Hayward, 1990). O pensamento ecológico neofascista apresenta um discurso de limpeza social e pureza étnica, estabelecendo uma correlação entre a crise ecológica e a pressão populacional e os conflitos sobre a imigração, repetindo-se frequentemente dentro movimentos verdes que não se identificam no espectro político ideológico nem com a esquerda nem com a direita, mantendo-se neutros – movendo-se assim, inevitavelmente, para a direita que caracteriza o *status quo* (De Almeida, 2015; Kovel, 2007).

Capitalismo verde

O capitalismo verde, ecocapitalismo ou economia verde, procura aliar o crescimento económico à sustentabilidade ecológica, numa lógica de reforma em vez de revolução ecológica. Esta tem sido a proposta que recebe mais críticas por parte dos autores ecossocialistas.

Autores como Lester Brown e Paul Hawken consideram que a economia pode e deve continuar a crescer, mas deve ser ajustada e reorientada através da internalização dos custos ecológicos, avaliando assim o custo total de um certo bem ou serviço – porém, o capitalismo tem-se mostrado como um sistema que externaliza os custos ecológicos e sociais, no qual os capitalistas não pagam (pelo menos integralmente) os custos de produção que afetam as pessoas e a natureza, o que tem beneficiado em muito a acumulação capitalista. Também acreditam que uma maior eficiência no uso da energia e dos materiais levará a uma redução do seu impacto negativo nos ecossistemas – no entanto, o paradoxo de Jevons prova que, historicamente, o aumento da eficiência leva à redução dos custos unitários e dos preços, o que leva a um aumento do consumo e da expansão económica, produzindo o efeito oposto do pretendido; é necessário ter em conta também que existem limites para a eficiência, e, nesse sentido, compreender que a inovação tecnológica (uma das bases do sistema capitalista) tampouco resolverá os problemas ecológicos, podendo até contribuir mais para eles.

Já autores como Herman Daly e Tim Jackson, numa lógica igualmente reformista do sistema capitalista, defendem que se estabilize a economia de forma que esta funcione sem crescimento económico, propondo o conceito de economia em ‘estado estacionário’, onde pode haver desenvolvimento qualitativo, mas não crescimento quantitativo. Que nem os autores anteriores, apelam à eficiência do uso dos recursos e energia como sendo uma solução para os danos ambientais, enfatizando, no entanto, que o consumo de energia e os impactos ecológicos devem diminuir em termos absolutos enquanto a economia cresce. Esta proposta é criticada por assentar no pressuposto errado e irrealista de que os fundamentos económicos do sistema capitalista são mutáveis e que, portanto, a existência de crescimento é opcional – quando, na verdade, é crucial para o funcionamento do sistema (Cardoso, 2020).

Para esta ideologia, as contradições ecológicas podem ser ultrapassadas através de inovações tecnológicas e de um crescimento contínuo da produção sem alterar fundamentalmente a estrutura da economia ou sociedade. Assim, a abordagem liberal aos problemas ecológicos acredita que a solução para os problemas ecológicos provocados pela acumulação capitalista é ainda mais acumulação capitalista (Foster, 2017).

Segundo os ecossocialistas, a crise climática e social não pode ser resolvida dentro dos parâmetros do capitalismo dado que: este sistema é caracterizado por um imperativo da acumulação de lucros, que requer a exploração do trabalho e o domínio e exploração da natureza; a globalização tem como propósito converter o mundo inteiro ao processo de acumulação; é mais rentável poluir o ambiente que investir em alternativas ecológicas; o valor de troca é sobreposto ao valor de uso, culminando no capital financeiro que procura

incessantemente encontrar formas de ultrapassar os limites impostos pela natureza; como o capital nunca pode ser satisfeito, é forçada artificialmente uma constante sensação de falta, criando uma sociedade de consumo que necessita constantemente de uma infusão de energia e recursos (Struhl, 2020).

O voluntarismo que mina esta ideologia, assim como muitas formas de ambientalismo, é também criticado pelos autores ecossocialistas. Um ato voluntarista é aquele que surge de uma boa intenção, mas que não tem uma ligação especial a movimentos sociais e políticos. É assim uma ação que é tomada em relação a uma manifestação individual de uma crise, e levada a cabo por razões morais ou psicológicas, mas que acaba por não ter um impacto significativo na solução da crise – neste caso, da crise climática, que necessita de uma luta anticapitalista para a sua solução. Embora as ações e mudanças de comportamento individuais sejam importantes, não são suficientes, já que a racionalidade capitalista que provoca a crise continua vigente – ainda para mais tendo em conta que as forças do mercado têm configurado o voluntarismo de acordo com as exigências do capital, como é o caso de alguns projetos de reciclagem, nos quais as pessoas são induzidas a fornecer mão de obra gratuita às indústrias que gerem resíduos, mas que simultaneamente capitalizam a natureza.

Também criticam as cooperativas que se inserem no contexto capitalista numa lógica reformista. O princípio da cooperação e do mutualismo só podem ser parcialmente realizáveis no seio do capitalismo, e este não tem problema algum em permitir algumas cooperativas como forma de controlar a dissidência popular, e desde que qualquer melhoria ou racionalização proposta acrescente ou não interfira com a acumulação e expansão económica (Kovel, 2007).

Assim, as soluções apresentadas pelo ecocapitalismo acabam apenas por propor um falso caminho para a proteção ambiental. O seu objetivo não se centra na reversão dos impactos causados pelas alterações climáticas, mas sim na procura da maximização de lucros através da criação de novos mercados e da capitalização e mercantilização da transição ecológica – por outras palavras, a meta do capitalismo verde é lucrar com a poluição e a perda de biodiversidade. Consequentemente, as medidas da economia verde que vêm sendo implementadas têm contribuído apenas para um rastejar lento em direção à descarbonização da energia – evidência disso são os países que promoveram investimentos em fontes de energia renováveis, mas que continuam a explorar combustível sujo para servir ao comércio e ao crescimento económico.

Assim, em vez de romper com os causadores da crise climática, o capitalismo verde perpetua a manutenção da propriedade privada, a importância das margens de lucro, o extrativismo, leva um ritmo demasiado lento em relação à velocidade a que as alterações

climáticas se estão a agravar, e demonstra um otimismo perigoso para com tecnologias que ainda não foram desenvolvidas e que podem ou não vir a resolver o problema das emissões de carbono sem alterar a maneira como elas são produzidas (Fernandes, 2020). No fim de contas, a proposta do capitalismo verde não passa de uma manobra publicitária e não apresenta soluções viáveis e substanciais para combater a crise climática (Löwy, 2005).

Capítulo 3. Caminhos para a sustentabilidade

3.1. Críticas ao ecossocialismo e ao capitalismo

A resposta à questão de pesquisa, que interpreta a forma como a sustentabilidade é encarada pelo sistema ecossocialista e pelo sistema capitalista neoliberal, precisa ter em conta as críticas que cada um enfrenta, de modo a serem consideradas nessa análise.

Ao ideário ecossocialista levantam-se questões relacionadas com a praticabilidade e aplicabilidade dos seus objetivos, assim como com incongruências no seu discurso. David Johns foi um dos críticos, desafiando dois importantes autores ecossocialistas, Joel Kovel e Michael Löwy (Johns et al., 2003). Interroga como é que o ecossocialismo vai promover o desmantelamento das estruturas de controlo da natureza que caracterizam as civilizações, ao que os autores respondem que ‘controlo’ é um termo demasiado vago, e que o problema não está na espécie humana em si, mas sim no sistema capitalista que explora e destrói desmedidamente o ambiente natural. Também questiona se será possível manter a extração necessária para satisfazer as necessidades humanas sem formas sociais hierárquicas e sem a colonização e remodelação dos ecossistemas; a isto os ecossocialistas contestam que é possível reorganizar a vida da humanidade de forma a reduzir a relação predatória com a natureza, e que as sociedades não estão inevitavelmente condenadas a desenvolver formas sociais hierárquicas – sendo que uma sociedade ecossocialista será provavelmente uma rede de comunidades de pequena escala organizadas a nível regional e internacional federalmente. Por fim, chama a atenção para a natureza ter um valor intrínseco na cultura ecossocialista, embora os problemas de outras espécies não recebam tanta discussão quanto os problemas sociais humanos, ponderando se essa discussão só acontece caso, por exemplo, a extinção de uma espécie tenha repercussões negativas para a sociedade humana; a esta acusação, Kovel e Löwy afirmam que qualquer perda na vida selvagem tem consequências negativas para os humanos, ainda que não nos possamos considerar como uma espécie como as outras, já que há cenários em que é justificado matar outros animais para a sobrevivência do ser humano, como seria no caso de mosquitos que transmitem doenças para as pessoas.

Já Damian White, Brian Gareau e Alan Rudy (White et al., 2017) referem que muitas vezes a corrente ecossocialista vacila entre o catastrofismo e a nostalgia, esperando que um proletariado verde global emerja para agir, mas não apresentando muitas propostas no sentido de uma imaginação reconstrutiva para o mundo cada vez mais mudado em que viveremos

durante o Antropoceno. Assim, alertam para o perigo de os ecossocialistas poderem enveredar por um caminho de fatalismo misantrópico, sublinhando que estes devem, por oposição, conseguir articular relatos poderosos de futuros sustentáveis e alternativos que sejam convincentes, e apresentar soluções para os problemas que as pessoas e ecossistemas já vivem na atualidade.

O ideário e racionalidade capitalistas enfrentam críticas por parte de autores de esquerda – incluindo ecossocialistas, como se pode entender pelo capítulo anterior – principalmente no que toca a questões de injustiça social, económica e ambiental. Apontam que a globalização – que está intrinsecamente ligada às forças do imperialismo – e o neoliberalismo, ao se focarem no crescimento económico, não contribuem para o desenvolvimento social, mas sim para uma cada vez mais prevalente disfuncionalidade humana (Heron, 2008), e que as desigualdades e a pobreza, a produção militar exagerada, a poluição e a produção de bens supérfluos – que rapidamente se tornam obsoletos e que provocam um grande desperdício ecológico e económico – são resultado das estratégias para expandir o crescimento capitalista (Foster, 2012). Nesse sentido, e do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, este sistema económico é encarado como sendo insustentável, dado que produz em excesso, construindo um mundo incompatível com o equilíbrio ecológico, e gera uma sociedade de dependência que minimiza os seus efeitos nefastos no clima – ao mesmo tempo que, confiando cegamente nos poderes inovadores do capital, anseia por soluções tecnológicas que permitam a continuação do consumismo imprudente (Kovel, 2007). Do ponto de vista da sustentabilidade social e económica, e tomando a definição de capitalismo de Polanyi como sendo uma sociedade de mercado criada através da mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro, se não forem estabelecidos limites a esse mercado, as forças económicas irão desintegrar a sociedade e pôr fim à capacidade da biosfera para se renovar (Kirby & O'Mahony, 2018).

3.2. Transição para o ecossocialismo

O sistema capitalista é insustentável, e embora apresente falhas e contradições evidentes, e crie injustiças sociais e ambientais, esta ideologia burguesa continua a ser hegemónica. Muitos não conseguem ver para além do *status quo* porque o domínio que este sistema tem dificulta a imaginação de outros mundos possíveis e mistifica ideologias rivais, afirmando-se por isso que mais facilmente se imagina o fim do mundo que do capitalismo (Cardoso, 2020). Por isso, para se transitar para um modelo político-económico sustentável, nomeadamente o ecossocialista, é preciso ter uma estratégia definida.

3.2.1. Estratégia e revolução ecossocialista

Como não é possível decretar ou votar pela abolição do sistema capitalista, é necessário torná-lo obsoleto, viabilizando um modo de produção que satisfaz as necessidades e atende à qualidade de vida das pessoas sem exploração ou destruição (Fernandes, 2020). Isto traduz-se numa longa luta revolucionária ecológica, que deverá começar agora com um movimento internacional direcionado para o ecossocialismo, e impulsionado por um proletariado ambiental, no qual convergem a crise ambiental, social e económica (Foster, 2017). A revolução ecossocialista resultará assim da resistência anticapitalista por parte da classe trabalhadora, mas também de projetos prefigurativos por parte de indivíduos e grupos autónomos espalhados pelo mundo que se deverão conectar entre eles através das suas lutas.

Com a revolução, a sociedade passará por uma divisão em quatro grupos: os que se envolveram na prática revolucionária, como os agentes políticos ou os membros das comunidades de resistência; os que cuja atividade produtiva é compatível com a produção ecológica, como os profissionais de saúde, professores, bibliotecários, agricultores independentes, etc.; os que cuja prática pré-revolucionária foi cedida ao capital, como a burguesia, executivos de *marketing* e relações públicas, seguranças, entre outros cujo trabalho é inútil do ponto de vista ecossocialista; e os que cuja atividade acrescentava mais-valia às mercadorias capitalistas, como operários, camionistas, entre outros cujas funções não têm lugar numa sociedade ecologicamente racional e que portanto deverão ser requalificados.

A redistribuição de papéis e bens sociais caberá a uma assembleia interina, constituída por delegados das comunidades revolucionárias de resistência, sendo que as comunidades produtivas (ou cooperativas) formarão a unidade política e económica da sociedade, responsável pela organização de grupos e criação de caminhos para a assimilação de outros trabalhadores à rede de comunidades produtivas. Os rendimentos serão garantidos durante a transição utilizando as reservas na posse da revolução, utilizando o dinheiro antigo inicialmente, embora com novas condições de valor, determinando-se o valor ecocêntrico em vez do tempo de trabalho abstrato (Kovel, 2007).

Com o novo sistema, devem ser tomadas medidas para a prática da racionalidade ecológica nas novas realidades que o Antropoceno traz, focando assim na construção de novas infraestruturas energéticas pós-carbono, no desenvolvimento de novos modos de extração, recuperação, trânsito, e processamento de recursos e geração de bens de consumo que sejam sustentáveis, na proteção das áreas costeiras e vales fluviais, na superação do fetichismo da mercadoria e no fim da obsolescência programada, na construção de um urbanismo equitativo,

participativo e público, no desmantelamento da militarização mundial, e na democratização da criação de valor e do poder económico (White et al., 2017).

Existem projetos de transição ecológica que estão a ser discutidos atualmente que podem ser prefigurativos para uma sociedade ecossocialista. Um deles, e que mais atenção mediática e académica tem recebido, é o chamado *Green New Deal*, ou Novo Acordo Verde. Dado que existe urgência na crise climática e que a transição para um sistema ecossocialista pode ainda ser demorada, a implementação deste programa sob o capitalismo pode abrir portas para uma eventual transição ecossocialista (Schwartzman, 2011).

3.2.2. O *Green New Deal*

As respostas oficiais à crise ambiental, como o Protocolo de Quioto de 1997, o Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE de 2005, e o Acordo de Paris de 2015, embora pretendam combater as alterações climáticas, não passam de iniciativas ecocapitalistas sem qualquer potencial para enfrentar a crise climática e ecológica. O *Green New Deal* (GND), por outro lado, ainda que divida opiniões entre os ecossocialistas, mostra potencial para ser um programa a pôr em prática agora para dar resposta à crise climática, e para ser mais um passo em direção a uma sociedade ecossocialista (Kothari et al., 2019).

O termo '*Green New Deal*' tem surgido nos debates políticos e académicos desde a década de 1990, tendo ganho maior visibilidade em 2007 com um artigo de opinião no *New York Times* por Thomas Friedman. Com a crise económica de 2008, muitos economistas e decisores políticos viram no GND uma forma de relançar a economia dos EUA, pelo que Barack Obama inspirou-se na sua narrativa para, em 2009, aprovar o pacote de estímulos *American Recovery and Reinvestment Act*, que apostava no investimento na eficiência energética e nas energias renováveis. Também do outro lado do Atlântico, no continente europeu, surgiram planos para investir na descarbonização da economia e apelando a um GND ao nível da UE para responder à crise financeira. Nesse sentido, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente emitiu um *briefing* político em março de 2009 a que chamou de '*Global Green New Deal*', com o propósito de coordenar vários planos nacionais de estímulos económicos. No entanto, em 2010, com a reunião do G20 em Toronto, o consenso económico global mudou, passando do estímulo à austeridade, afastando-se da economia keynesiana e caindo por terra a hipótese do GND como resposta à crise económica.

Recentemente, o discurso do GND conquistou um lugar na ribalta nos debates políticos norte-americanos, com uma nova encarnação articulada por uma coligação de movimentos de

base, políticos progressistas e *think tanks*, que resultou na apresentação da Resolução 109 na Câmara dos Representantes dos EUA, em março de 2019, pela Congressista Alexandria Ocasio-Cortez e pelo Senador Ed Markey. Esta nova encarnação do GND surge como sendo semelhante ao plano do *New Deal* do Presidente Franklin D. Roosevelt, dos EUA, que entre 1933 e 1936 implementou um conjunto de reformas sociais e económicas para dar resposta à Grande Depressão. Que nem o *New Deal*, o GND aponta para a necessidade de uma abordagem económica intervencionista, no seu caso para a descarbonização dos setores dos transportes, agricultura, manufatura e infraestruturas, colocando ênfase nos investimentos públicos, no planeamento indicativo e nas políticas industriais. Também estabelece objetivos sociais, orientados para a criação de empregos de qualidade, aposta na formação dos trabalhadores afetados pela transição, fornecimento de cuidados de saúde gratuitos e alojamento acessível, e promoção da justiça ambiental (Mastini et al., 2021).

As discussões do GND visam uma reorganização económica que tenha em conta tanto as necessidades ecológicas como as exigências sociais, procurando alcançar essa transformação através da reestruturação dos mercados financeiros (de forma a travar a especulação), do investimento na proteção climática com o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, e da aposta no transporte sustentável (Bauhardt, 2014).

Tanto ecossocialistas como apoiantes do GND reconhecem que o paradigma de crescimento económico é insustentável, que a atual crise tem dimensões ecológicas, sociais e económicas, e que a rápida degradação ambiental e expansão económica mal regulada estão a pôr em perigo grupos vulneráveis. No entanto, vários ecossocialistas tendem a ver o GND como mais uma manobra do capitalismo verde (Aşici & Bünül, 2012), ou apontam que este não vai longe o suficiente, ao não acabar com a propriedade privada dos meios de produção. Ainda assim, dado que o movimento de massas que poderá terminar com o capitalismo ainda não está totalmente formado e as alterações climáticas já estão em curso, o GND pode ser, para já, um projeto de transição ecológica a implementar. Porém, para este ter sucesso, os trabalhadores devem apoiá-lo, pelo que o GND deve incorporar medidas que melhorem o seu bem-estar material e convencer a classe trabalhadora que terão melhores vidas com um plano direcionado para um futuro ecologicamente sustentável (Sica, 2020).

Conclusão

A presente dissertação foi guiada pela questão de pesquisa “em que sentido o paradigma ecossocialista diverge do paradigma de sustentabilidade neoliberais e capitalistas”, procurando entender, assim, como é que a ideologia ecossocialista se diferencia da ideologia capitalista neoliberal na forma como cada uma encara e procura atingir a sustentabilidade ambiental, social e económica.

As duas teorias distinguem-se pela forma como encaram os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, conceitos estes que foram cooptados pela racionalidade neoliberal e capitalista. A ideia de desenvolvimento que se manteve hegemónica nos últimos séculos está intimamente relacionada com crescimento e expansão económica, numa lógica de que prosperidade económica é sinónimo de qualidade de vida – embora ignore os impactos socioambientais que a busca por essa prosperidade possa provocar. O conceito de desenvolvimento sustentável, que, como é referido no primeiro capítulo, advém do Relatório Brundtland, afirma que se devem satisfazer as necessidades dos humanos da atualidade sem que as gerações futuras sejam prejudicadas na satisfação das suas necessidades. No entanto, mantém a crença neoliberal de que o crescimento económico é desejável – falhando compreender que não é conciliável com o equilíbrio ecológico – e apresenta um carácter antropocêntrico.

Por oposição, o ecossocialismo, ao ter ligações com correntes do pós-desenvolvimento – como o decrescimento e o *buen vivir* – e com ecofilosofias e alternativas económicas ao capitalismo – como a ecologia social, o ecofeminismo e a economia social e solidária –, acredita que o verdadeiro desenvolvimento sustentável resulta de uma mudança de valores e quotidianos da sociedade para uma melhor harmonia com o meio ambiente e entre as pessoas – baseando-se na cooperação e solidariedade, democracia direta, e respeito pelos ritmos metabólicos da natureza –, e do desmantelamento do sistema capitalista, redistribuição da riqueza e socialização dos meios de produção. Assim, os ecossocialistas procuram reestruturar a sociedade de forma que esta se baseie na racionalidade ecológica (ao invés da racionalidade capitalista e do antropocentrismo), na igualdade social e no controlo democrático, e na prevalência do valor de uso face ao valor de troca dos bens e recursos, garantindo assim uma sustentabilidade ambiental, social e económica.

A sustentabilidade no sistema capitalista enfrenta vários problemas. Por um lado, baseia-se numa expansão económica infinita num planeta com recursos finitos, um imperativo que está

condenado à insustentabilidade. No mesmo sentido, a procura constante pela maximização de lucros e redução de custos é incompatível com a sustentabilidade ambiental, dado que, ao ter que investir em alternativas ecológicas, o sistema capitalista vai preferir seguir a via mais lucrativa, que é poluir o meio ambiente. E isso não só é insustentável do ponto de vista ecológico como também económico, do ponto de vista da manutenção do próprio sistema capitalista, já que essa lógica destrói as suas próprias condições de produção ao sobreexplorá-las. A inovação tecnológica não vai resolver este problema pois não acaba com o extrativismo, mesmo que a eficiência melhore ela só aumentará o consumo e a exploração, e essas tecnologias são incertas sabendo que ainda não foram sendo desenvolvidas. Numa tentativa de tornar o capitalismo sustentável, surge a proposta do capitalismo verde, mas ao não apresentar soluções viáveis para a crise ecológica e social, e por manter essencialmente a mesma estrutura que provocou essa crise, ela não passa de *greenwashing*.

O ecossocialismo é possivelmente uma alternativa viável e sustentável em relação ao sistema económico neoliberal dominante e vigente, surgindo como "um apelo internacional contra o fatalismo interiorizado que sustentava não haver alternativa possível à ordem mundial capitalista" (Horstink et al., 2020: 8). Este ideário reúne em si várias lutas, e pode ser um objetivo comum para os vários movimentos de justiça climática e justiça social, assim como uma solução para a sobrevivência da espécie humana e restante mundo natural ao Antropoceno. Enquanto abordagem ecológica, consegue ter em conta as questões sociais e económicas, assim como as relações entre o Norte e o Sul Global, posicionando-se assim como uma teoria bastante completa, bem fundamentada, e ciente e adaptável às diferentes realidades do nosso mundo.

Com este estudo foi possível compreender, dito de forma simplificada, que o capitalismo procura por mais enquanto o ecossocialismo procura por melhor. Levantou questões desafiantes ao *status quo* e apresentou fortes argumentos para uma alternativa à presente realidade económica. No entanto, foi apenas um estudo teórico, que, ainda que baseado em teorias e ideias fundamentadas e críticas, não conseguem necessariamente provar que um sistema ecossocialista irá funcionar, dado que nunca foram postas em prática experiências ecossocialistas. Com este estudo não se procurou encontrar uma solução infalível e perfeita para a crise que vivemos atualmente, mas sim entender que a nossa realidade político-económica está a provocar a crise que nos atormenta, e que, com as alternativas que temos ao nosso dispor, há outros mundos possíveis.

As alterações climáticas que caracterizam o Antropoceno são um desafio intenso para a Humanidade, mas se por um lado foi um sistema económico por ela criado, o capitalismo, que

provocou este problema, por outro, a implementação de um novo sistema verdadeiramente sustentável, o ecossocialismo, poderá permitir o travar do agravar desta situação.

Com esta dissertação espero que se abram possibilidades para novas investigações, nomeadamente no sentido da aplicabilidade e praticabilidade de um sistema ecossocialista em substituição do sistema neoliberal, ou ainda na procura por outras alternativas sustentáveis.

Referências bibliográficas

- Acosta, A. (2015). El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Reflexiones desde la periferia de la periferia. *Política y Sociedad*, 52(2), 299–312. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140918020441/ReinventarLaIzquierda.pdf>
- Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 75–111.
- Angus, I. (2016). *Facing the Anthropocene*. Monthly Review Press. <http://about.jstor.org/terms>
- Aşici, A. A., & Bünül, Z. (2012). Green New Deal: A Green Way out of the Crisis? *Environmental Policy and Governance*, 22(5), 295–306. <https://doi.org/10.1002/eet.1594>
- Bauhardt, C. (2014). Solutions to the crisis? The Green New Deal, Degrowth, and the Solidarity Economy: Alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. *Ecological Economics*, 102, 60–68. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2014.03.015>
- Betto, F., & Löwy, M. (2010). Ecosocialism and spirituality. *Capitalism, Nature, Socialism*, 21(2), 87–99. <https://doi.org/10.1080/10455752.2010.489675>
- Bookchin, M., Bookchin, D., Taylor, B., & Guin, U. K. Le. (2015). *The next revolution: popular assemblies and the promise of direct democracy*. Verso.
- Cardoso, P. M. (2020). A insustentável leveza do capitalismo “verde.” *E-Cadernos CES*, 34. <https://doi.org/10.4000/eces.5824>
- Chassagne, N. (2019). Sustaining the “Good Life”: Buen Vivir as an alternative to sustainable development. *Community Development Journal*, 54(3), 482–500. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsx062>
- Comissão de Brundland. (1987). *Our common future*. Oxford: Oxford University Press. Citado por Ferreira, B., & Raposo, R. (2017). Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 113–144. <https://doi.org/10.4000/cea.2293>
- Das Gupta, M. (2014). Population, Poverty, and Climate Change. *The World Bank Research Observer*, 29(1), 83–108. <https://doi.org/10.1093/wbro/lkt009>
- De Almeida, J. P. (2015). Ecosocialismo e a contribuição de seu ideário político: O Manifesto ecossocialista internacional. *Dialogos*, 19(2), 781–811. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v19i2.938>
- Escobar, A. (2015). Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation.

- Sustainability Science*, 10(3), 451–462. <https://doi.org/10.1007/s11625-015-0297-5>
- Fernandes, S. (2020). Ecosocialism from the Margins. *NACLA Report on the Americas*, 52(2), 137–143. <https://doi.org/10.1080/10714839.2020.1768731>
- Ferreira, B., & Raposo, R. (2017). Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 113–144. <https://doi.org/10.4000/cea.2293>
- Foster, J. B. (2012). A ecologia da economia política marxista. *Lutas Sociais*, 0(28), 87–104.
- Foster, J. B. (2015). Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. *Lutas Sociais*, 19(35), 81–97.
- Foster, J. B. (2017). The long ecological revolution. *Monthly Review*, 69(6), 1–16. https://doi.org/10.14452/MR-069-06-2017-10_1
- Freitas, R. D. C. M., Nunes, L. S., & Nélsis, C. M. (2012). A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *Revista Katálisis*, 15(1), 41–51. <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a04v15n1>
- Goodland, R. (1995). The concept of environmental sustainability. *Annual Review of Ecology and Systematics*, 26(1), 1–24. <https://doi.org/10.4324/9781315241951-20>
- Gudynas, E. (2004). *Ecología, economía y ética del Desarrollo Sostenible* (5a ed.). Coscoroba Ediciones.
- Hayward, T. (1990). Eco-socialism- Utopian and Scientific. *Radical Philosophy*, 56, 2–14.
- Heron, T. (2008). Globalization, neoliberalism and the exercise of human agency. *International Journal of Politics, Culture and Society*, 20(1–4), 85–101. <https://doi.org/10.1007/s10767-007-9019-z>
- Holleman, H. (2015). Method in Ecological Marxism. *Monthly Review*, 67(5), 1–10.
- Horstink, L., Fernandes, L., & Campos, R. (2020). Introdução. *E-Cadernos CES*, 34. <https://doi.org/10.4000/eces.5388>
- Jackson, C. T. (2017). Climate Change: Global Inequalities and Poverty. In & M. R. C. K. E. Peterman, G. P. Foy (Ed.), *ACS Symposium Series* (pp. 25–39).
- Jacob, M. (1994). Sustainable development and deep ecology: An analysis of competing traditions. *Environmental Management*, 18(4), 477–488. <https://doi.org/10.1007/BF02400853>
- Johns, D., Kovel, J., & Löwy, M. (2003). Has Ecosocialism Passed on the Tough Questions? *Capitalism Nature Socialism*, 14(2), 120–128. <https://doi.org/10.1080/10455750308565527>
- Kirby, P., & O'Mahony, T. (2018). Identifying an Emerging Paradigm: Towards Ecosocialism?

- In *The Political Economy of the Low-Carbon Transition* (pp. 231–258). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-62554-6_9
- Kothari, A., Salleh, A., Escobar, A., Demaria, F., & Acosta, A. (Eds.). (2019). *Pluriverse: a post-development dictionary*. Tulika Books and Authorsupfront.
- Kovel, J. (2007). *The Enemy of Nature: The End of Capitalism or the End of the World?* Zed Books.
- Leichenko, R., & Silva, J. A. (2014). Climate change and poverty: Vulnerability, impacts, and alleviation strategies. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 5(4), 539–556. <https://doi.org/10.1002/wcc.287>
- Löwy, M. (2005). What is ecosocialism? *Capitalism, Nature, Socialism*, 16(2), 15–24. <https://doi.org/10.1080/10455750500108237>
- Löwy, M. (2007). Eco-socialism and democratic planning. *Socialist Register*, 43, 294–309.
- Löwy, M. (2019). Fontes e Recursos do ecossocialismo. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, 26(51), 405–408.
- Mastini, R., Kallis, G., & Hickel, J. (2021). A Green New Deal without growth? *Ecological Economics*, 179(August 2020), 106832. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106832>
- Pillay, D. (2019). Happiness, Wellbeing and Ecosocialism – a Radical Humanist Perspective. *Globalizations*, 17(2), 380–396. <https://doi.org/10.1080/14747731.2019.1652470>
- Poli, L. C., & Hazan, B. F. (2015). POR UM CONSTITUCIONALISMO SOCIOAMBIENTAL: O PRINCÍPIO DO BUEN VIVIR E O NOVO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO LATINO-AMERICANO. *REVISTA DIREITO E JUSTIÇA: REFLEXÕES SOCIOJURÍDICAS*, 15(24), 213–230.
- Querido, F. M. (2008). Ecossocialismo, romantismo e (auto)crítica da modernidade em Michael Löwy. *Plural*, 15, 65–80. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.peso.2008.75228>
- Rist, G. (2008). *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. Zed Books.
- Schwartzman, D. (2011). Green New Deal : An Ecosocialist Perspective. *Capitalism, Nature, Socialism*, 22(3), 49–56. <https://doi.org/10.1080/10455752.2011.593886>
- Sica, C. E. (2020). For a Radical Green New Deal: Energy, the Means of Production, and the Capitalist State. *Capitalism Nature Socialism*, 31(4), 34–51. <https://doi.org/10.1080/10455752.2019.1692049>
- Silva, E. da, & Menezes, E. (2005). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação* (4ª). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Struhl, K. J. (2020). Ecosocialism: A Buddhist-Marxist Approach. *Radical Philosophy Review*,

23(1), 89–115. <https://doi.org/10.5840/radphilrev202036107>

Tokic, D. (2012). The economic and financial dimensions of degrowth. *Ecological Economics*, 84, 49–56. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2012.09.011>

UNDP. (2019). *Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century*, *Human Development Report 2019*.

White, D. F., Gareau, B. J., & Rudy, A. P. (2017). Ecosocialisms, Past, Present and Future: From the Metabolic Rift to a Reconstructive, Dynamic and Hybrid Ecosocialism. *Capitalism Nature Socialism*, 28(2), 22–40. <https://doi.org/10.1080/10455752.2017.1296479>